A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a “armadilha do equilíbrio”¹

Antonio Carlos Macedo e Silva

“In that orthodoxy I was brought up. I learnt it, I taught it, I wrote it. To those looking from outside I probably still belong to it. Subsequent historians of doctrine will regard this book as in essentially the same tradition”.

Keynes, 1936: xxxi

“One should ask now how the present mess came into being. For macroeconomics today is in the state in which astronomy would be if Ptolemaic theory once again came to dominate the field. There can in fact be few instances in other disciplines of such a determined turning back of the clock. A great deal of what is written today as well as the policy recommendations which have been made would be thoroughly at home in the 1920s. So something needs explaining”.

Hahn, 1982: 325

Introdução

“Reação”, “rompimento”, “fuga”, “emancipação”; “uma longa luta de libertação” frente a “modos habituais de pensamento e expressão” (Keynes, 1936:xxiii); a imagem de um padre católico que se converte à fé protestante e ora prega como pastor; a imagem de uma cobra que muda sua pele. Nos vários prefácios à Teoria geral, Keynes não mede esforços e não poupa metáforas para sublinhar, descrever e explicar sua transformação pessoal, expressa na heterodoxia de seu novo livro.

Em alguns trechos, porém, Keynes explicita a presença de vários traços de continuidade – por exemplo, em relação à sua própria trajetória anterior. De fato, a Teoria geral colhe os frutos maduros da discussão iniciada no *Treatise on probability*; consoma a “fuga final das confusões da teoria quantitativa” (1936: xxxiv) iniciada, talvez, no *Tract on monetary reform* e parcialmente obtida no *Treatise on money*; forja novas armas para a antiga luta contra o *laissez-faire*, contra o elogio da poupança e a ética da parcimônia. A continuidade, em Keynes, no que tange a esses aspectos, pode ser vista como “desenvolvimento”. (Na idéia

(1) No texto, as datas entre parêntesis referem-se à edição original; os algarismos romanos indicam o volume das obras completas de Keynes. As datas das edições empregadas podem ser encontradas na lista de referências bibliográficas.

de “desenvolvimento”, é claro, está presente um juízo de valor. É como se disséssemos: felizmente Keynes pôde cumprir seu destino, disse a que vinha e chegou onde devia chegar...).

Não tenho nenhuma pretensão de somar-me àqueles dedicados ao projeto monumental destinado a avaliar os elementos de continuidade e de ruptura na obra de Keynes (Carabelli, 1988; Skidelsky, 1983; 1992; Fitzgibbons, 1988; O’Donnell, 1989, entre outros). A obra (livros, artigos, cartas, rascunhos...) é vasta demais; um exame global requer erudição, interdisciplinaridade, fôlego e ousadia que estão muito além de meu alcance. Quero falar de continuidade e ruptura – e especialmente de continuidade – concentrando-me na Teoria geral.

Este artigo trata fundamentalmente da existência, na Teoria geral, de continuidades que não são desenvolvimento, mas conservação e conciliação.² Sustento que a conciliação com a concepção neoclássica – que se manifesta no tratamento de questões microeconômicas e do equilíbrio macroeconômico – não era uma necessidade de ordem lógica. Sugiro que sua presença na Teoria geral dificultou o desenvolvimento de um paradigma não-neoclássico.

De certa forma, o texto tem no economista pós-keynesiano um destinatário privilegiado: economistas neoclássicos dificilmente terão interesse na tese de que o desenvolvimento da macroeconomia exige um distanciamento ainda maior (em relação a quase tudo que é sagrado) do que o preconizado pelos pós-keynesianos. Para estes últimos, minha opinião de que a dificuldade reside menos em problemas insanáveis da teoria keynesiana do que no fato de que Keynes tenha ficado, digamos, aquém de si próprio, poderá granjear alguma simpatia. Porém, os mais fundamentalistas talvez reajam com indignação à idéia de que, para ir além, é preciso abandonar (ao menos reavaliar) alguns dos procedimentos (agregativos, equilibristas) adotados por Keynes na Teoria geral.³

No primeiro item, argumento que Keynes subestimou o impacto de algumas de suas idéias (como a teoria das decisões em condições de incerteza) sobre questões microeconômicas. Com isso, o escopo de sua teoria “geral” foi desnecessariamente limitado ao âmbito de uma disciplina particular, a “teoria da produção e do emprego como um todo” – a macroeconomia. A meu ver, a contribuição de Keynes provê os *fundamentos* de uma teoria efetivamente *geral* –

(2) Diga-se, de passagem, que a ênfase na ruptura, nos prefácios, tem muitas vezes o objetivo de justificar o caráter polêmico do livro – o porquê da adoção de um tom tão virulento quando, afinal de contas, trata-se apenas de convencer o clero encastelado a, num gesto esclarecido e magnânimo, abrir as portas da cidadela aos hereges injustamente excluídos (Keynes, 1934). No carnaval prenunciado, admite-se, as relíquias e os estandartes da fé “clássica” perderão inevitavelmente uma parte (mas não a totalidade) de seu valor.

(3) Compartilho, em parte, as reservas de Coddington (1983:1) quanto à hipótese de que exista um contraste absoluto entre a “economia de Keynes” e a “superficial e vulgar ‘economia keynesiana’ (dos livros-texto e do domínio público)”.

i.e., micro e macro – capaz de incorporar e enriquecer (robustecendo-se, com isso) contribuições heterodoxas desenvolvidas de forma mais ou menos independente.

O tema do item 1 é a opção de Keynes por uma análise estática. Não creio que estivesse ao alcance de Keynes desenvolver uma teoria dinâmica consistente com sua visão (essencialmente dinâmica) do funcionamento de uma economia capitalista. Aliás, isso não foi logrado até hoje. Mas a ausência de uma teoria dinâmica completa – por paradoxal que isso possa parecer – *não implica*, a meu ver, a adoção de procedimentos de (ou conducentes à) estática comparativa. Até que ponto é possível afirmar a presença desses procedimentos na Teoria geral? Estou pronto a aceitar a observação de que Keynes não é, por assim dizer, flagrado a explorar seu modelo como se fosse um brinquedo novo, cheio de botões e luzes de cores diferentes: quando (por exemplo) se pressionam os salários, quantas luzes se acenderão na escala do emprego agregado? É evidente que, em face de algo como o capítulo 19 da Teoria geral, a metáfora da economia como um mecanismo parece risível. Mas existe – por exemplo no capítulo 18 – “uma máquina keynesiana” (para usar a expressão de Dosi & Orsenigo, 1988). Preocupa-me a maneira como as engrenagens foram concebidas e ajustadas numa seqüência temporal, de forma a compor o “modelo heurístico” (Vercelli, 1991) da Teoria geral.

No item 2, faço uma breve discussão sobre o conceito de equilíbrio e sobre a postura metodológica “equilibrista”. Já os itens 3 e 4 gravitam em torno do ponto de demanda efetiva, determinado a partir de uma conjunção de equilíbrios (do aplicador, do produtor, dos consumidores). O último Hicks (por exemplo, 1974; 1979; 1985; 1989) é aqui uma influência marcante. Isso se deve não tanto ao conteúdo de seus textos como à ousadia e liberdade com que formulou questões que, para muitos, pareceriam infantis, incabíveis: o que define o período contábil macroeconômico? O que sucede – o que se pode permitir que suceda – dentro de cada período? Além disso, surpreendentemente, coube ao mais notável engenheiro da máquina keynesiana formular uma questão que muitos pós-keynesianos prefeririam evitar: de que forma a Teoria geral busca conciliar tempo e equilíbrio, quando este abomina o primeiro?

No item 3, concentro-me nas propriedades do equilíbrio com desemprego involuntário. No item 4, a discussão diz respeito, de um lado, à temporalidade do processo por meio do qual, segundo Keynes, as decisões de aplicar ocorrem até o ponto no qual, para o aplicador marginal, igualam-se as eficiências marginais dos vários ativos; de outro, à temporalidade do multiplicador.

No item 4, que antecede uma breve conclusão, sugiro que a existência de certa continuidade metodológica entre Keynes e os neoclássicos – talvez imprescindível à vitória da política econômica keynesiana – facilitou a derrota teórica frente à síntese neoclássica.

1. Quão “geral” é a Teoria geral?

Na Teoria geral, Keynes alcança o auge de sua luta contra o *laissez-faire*. A importância das questões de política econômica revela-se em vários pontos do livro.⁴ No capítulo 24, a visão de Keynes quanto às virtudes e insuficiências da ordem gerada espontaneamente pelas relações de mercado é apresentada de forma cristalina: a mão invisível coordena os agentes privados, mas sem compromisso com a obtenção de um nível aceitável de bem-estar social. O mundo em que vivemos está longe de ser o melhor dos mundos possíveis; urge reformá-lo. Evidentemente, uma teoria econômica que pressuponha pleno emprego permanente e, portanto, plena eficiência da mão invisível não estará nem disposta nem apta a cumprir a “tarefa final” atribuída por Keynes à sua própria teoria, a saber, “selecionar aquelas variáveis que possam ser deliberadamente controladas ou administradas pelas autoridades centrais no tipo de sistema em que de fato vivemos” (1936:247). Uma economia sujeita à ocorrência de desemprego involuntário deve ser analisada por meio de uma teoria mais *geral*, na qual o emprego agregado seja uma variável e não uma constante. Infelizmente, tal teoria – a “teoria da produção e do emprego *como um todo*” – havia sido banida dos livros de economia (1936:xxv, XIV:85).

A tentativa keynesiana de “revolucionar o modo como o mundo pensa os problemas econômicos” (XIII:371) exigia, antes de mais nada, a restauração de tal teoria. E, para isso, era necessário dar forma mais rigorosa às intuições da “longa linhagem de hereges” desconsiderada pela tradição econômica abrigada na “cidadela” (1934:488-9; cf. também 1936:371). Entretanto, tais propósitos revolucionários foram mantidos dentro de certas limitações impostas pelo próprio Keynes: em sua opinião, o problema da teoria “clássica” não está em eventuais “erros lógicos” (1936:378); ela é apenas um “caso limite” (1937a:106), logo “particular”, de sua própria teoria.⁵

Mas há mais limitações auto-impostas. Como sabemos, o adjetivo “geral” foi também empregado por Keynes numa outra acepção: “Denominei minha teoria uma teoria *geral*. Quero dizer com isso que estou preocupado principalmente com o comportamento do sistema econômico como um todo – com rendas agregadas,

(4) Nos prefácios, a ênfase recai sobre questões teóricas. O convite ao diálogo é endereçado, em primeiro lugar, aos “colegas economistas”; o tema das implicações do livro para a política econômica aparece de forma discreta. Porém, se for verdade que os “homens práticos são em geral os escravos de algum economista defunto” (1936:383), começar por convencer os economistas vivos é sempre uma boa tática.

(5) Vale notar que, para Keynes, o caráter particular da teoria clássica não a condena à irrelevância. No capítulo 24 da Teoria geral (p. 378-9), o possível sucesso de uma política voltada à manutenção do pleno emprego aparece como condição suficiente para que a teoria clássica possa reivindicar aderência ao mundo real. Uma interpretação interessante (e duvidosa) dessas passagens pode ser encontrada em Kohn (1986:1202).

lucros agregados, produção agregada, emprego agregado, investimento agregado, poupança agregada e não com as rendas, lucros, produção, emprego, investimento e poupança de indústrias, firmas ou indivíduos particulares. E afirmo que erros importantes foram cometidos ao estender-se para o sistema como um todo conclusões relativas a partes dele tomadas isoladamente, às quais se havia chegado corretamente” (1936:xxxii).⁶ Uma lista de tais conclusões teria sido esclarecedora. Não parece plausível que Keynes tivesse em mente afirmações tão óbvias como aquela, citada na seqüência, de que a renda de um indivíduo é “independente do que ele próprio consome e investe”. Uma possível solução pode ser extraída do capítulo 21, no qual Keynes explicita sua visão acerca das disciplinas que deveriam constituir a teoria econômica. Tendo rejeitado a dicotomia entre teoria do valor e distribuição e teoria do dinheiro e dos preços, ele afirma: “A dicotomia correta é aquela entre de um lado, a teoria da firma ou indústria ou firma individuais e dos retornos e da distribuição entre diferentes usos de uma *dada* quantidade de recursos e, de outro, a teoria da produção e do emprego como um todo” (1936:293). Eis aqui, enunciada em primeira mão e *avant la lettre*, a tão familiar dicotomia entre micro e macroeconomia. Curiosamente, a teoria “geral” revela aqui seu caráter *particular*; a Teoria geral é a macroeconomia – vale dizer, apenas uma disciplina entre outras. A pertinência da dicotomia está acima de dúvidas; especialmente, a meu ver, se não implicar qualquer forma de conciliação entre macroeconomia keynesiana e microeconomia neoclássica.⁷ E no entanto era isso, parece, o que Keynes tinha em mente: “Enquanto nos limitarmos ao estudo da indústria ou firma individuais, supondo que a quantidade agregada de recursos empregados é constante e, provisoriamente, que as condições de outras indústrias e firmas estão dadas, é verdade que não estaremos preocupados com as características significativas da moeda. Mas tão logo passarmos ao problema da determinação da produção e do emprego como um todo, necessitaremos da teoria completa de uma economia monetária” (1936:293).

Somemos as evidências. Minha impressão é que, para Keynes, sua contribuição consiste, basicamente, em extrair o pressuposto de pleno emprego (e outras falácias de composição) do corpo da teoria clássica. Parte do edifício

(6) Kahn (1984:121) considera essa passagem (do prefácio à edição francesa) "uma exposição muito mais fértil do significado da palavra 'geral' – o resultado de três anos de debate e reflexão".

(7) Uma "síntese entre micro e macroeconomia, se possível, está ainda distante. Enquanto isso, a autonomia recíproca de ambas as disciplinas deveria ser cuidadosamente preservada. É particularmente importante defender a autonomia da macroeconomia, hoje em dia fortemente ameaçada pelas visões (novo clássicas) Isto não implica que deveríamos desistir de fazer esforços sérios para prover microfundamentos rigorosos para nossas afirmações macroeconômicas, se isso significar uma busca de maior consistência entre as disciplinas" (Vercelli, 1991:236).

teórico permanece em pé – torna-se a teoria microeconômica. A parte restante, em escombros, é reconstruída sobre novo alicerce (para levar a metáfora arquitetônica às últimas conseqüências, o lado macroeconômico da teoria clássica é apenas o último andar...). Keynes não justifica o que, de um ponto de vista pós-keynesiano, parece injustificável: por que à teoria das indústrias e firmas seria dado abstrair as “características significativas do dinheiro”? Por que o papel do dinheiro como “elo entre o presente e o futuro” seria pertinente apenas para a “teoria da produção e do emprego como um todo”?⁸ Deveria a “teoria monetária da produção” ser considerada uma teoria inerentemente macroeconômica (agregada)⁹?

Examinemos uma breve lista de alguns dos traços mais marcantes na abordagem adotada na Teoria geral:

- a tentativa de criar uma teoria que esteja, ao menos parcialmente, “no tempo” (Hicks, 1975), ou no “tempo histórico” (Robinson, 1953; 1975);
- a idéia de que há, na economia capitalista, assimetrias e diferenças significativas entre os agentes, e de que a dinâmica dessa economia responde, essencialmente, às decisões tomadas pelos empresários;
- a adesão (não muito explícita) à idéia de Marx de que o objetivo da acumulação pode ser a própria acumulação, e não o consumo (Shapiro, 1978);
- o conceito de incerteza e suas implicações cruciais para uma teoria das decisões econômicas, incluindo os elementos de uma teoria das expectativas e uma teoria do comportamento convencional;
- a teoria da escassez como fonte da rentabilidade dos ativos (1936:cap. 16);
- uma Teoria geral dos ativos e da composição do portfólio, envolvendo a discussão acerca do prêmio de liquidez dos ativos; o uso do conceito de liquidez numa teoria do valor (cf. Townshend, 1937); o estudo da demanda por dinheiro como aplicação de capital;

(8) Keynes (1936:293 e XIV:511) refere-se também à dicotomia entre a “teoria do equilíbrio estacionário (ou “estático”)” e à “teoria do equilíbrio móvel” (ou “teoria dinâmica do valor e distribuição”). A relação entre essa dicotomia e as anteriores é, para mim, um tanto obscura. Não é completamente evidente que Keynes empregue os conceitos de equilíbrio estacionário e móvel para descrever suas próprias abordagens alternativas, como Kregel (1976:216) parece sugerir. Em todo caso, minha questão é: em que medida teorias (micro ou macro) não-monetárias, estáticas e equilibradas podem ser consideradas adequadas ao estudo de economias capitalistas (intrinsecamente monetárias, dinâmicas e não-ergódicas)?

(9) Infelizmente, na Teoria geral, Keynes abandonou a abordagem um pouco mais microeconômica encontrável em alguns de seus rascunhos. Segundo Rotheim (1981:574), esses textos “mostram de forma conclusiva que Keynes intencionava construir um novo microfundamento para a macroeconomia, o que poderíamos chamar uma *teoria monetária do valor*”. Porém, ao contrário do que sugere Rotheim, não me parece óbvio que a inclusão desses importantes *insights* na Teoria geral teria impedido a interpretação (predominante) do livro como um exercício de equilíbrio geral.

- a inserção, no âmbito de uma Teoria geral da decisão de aplicar, das decisões de produzir e investir.

Estes elementos deveriam estar presentes em *qualquer* teoria econômica – micro ou macro – realmente enraizada no mundo “em que de fato vivemos” (tal como visto pelo próprio Keynes). Micro e macroeconomia dizem respeito ao estudo de decisões individuais tomadas em condições de incerteza, em meio a processos de mercado nos quais os agentes interagem.¹⁰ Seria de se esperar que ambas, numa visão keynesiana, centrassem o foco na análise dos meios pelos quais os agentes competem na tentativa de aumentar o valor de sua riqueza. Movemo-nos da micro para a macroeconomia sempre que o estudo das decisões dos agentes e da interação entre eles for presidido pelo propósito de analisar a economia como um todo, caso em que *alguns* detalhes microeconômicos podem (como diz Keynes, em relação a detalhes monetários) ficar em segundo plano.

Evidentemente, a prioridade de Keynes era a “teoria da produção e do emprego como um todo”. Mas isso não era, creio, um obstáculo a que explicitasse o impacto de suas idéias sobre temas microeconômicos – a conciliação não era uma necessidade do ponto de vista lógico.¹¹ Então, como interpretá-la? Tratava-se, é possível argumentar, de uma manobra tática, uma vez que um ataque global à teoria clássica poderia exacerbar as reações em contrário. Porém, parece-me que o obstáculo maior estava na crença de Keynes de que a descrição ortodoxa do funcionamento dos mercados (mercado de trabalho à parte) era suficientemente acurada¹² (independentemente de que, para ele, algo próximo à concorrência

(10) De acordo com Hahn (1977:64-5), "Aproximadamente dois terços da Teoria geral tratam da teoria da ação dos agentes O fato de que os currículos universitários estejam tão freqüentemente divididos em cursos estanques de micro e macroeconomia é uma conseqüência da vulgaridade intelectual e não de Keynes. Mesmo se se conceder que, nos estágios manipulativos, quase se poderia dizer aritméticos, da economia keynesiana, os preços relativos desempenham um papel subordinado, o caso é que, no fim das contas, Keynes afirma que as ações dos agentes nos mercados não resultam no equilíbrio postulado por seus predecessores. É difícil entender como essa proposição muito importante possa ser compreensível sem teoria microeconômica". A meu ver, porém, a concepção de micro e macroeconomia como compartimentos estanques deve algo ao próprio Keynes; sobre as contribuições microeconômicas de Keynes, ver Carvalho (1988) e Possas (1990b).

(11) É verdade que a resposta de Keynes a Viner procurava sublinhar o fato de que "qualquer teoria que tome em conta seriamente a existência de incerteza e de expectativas teria de representar os processos decisórios, de fato o comportamento humano, de forma diferente da teoria tradicional" (Kregel, 1976:498). Porém, os comentários de Keynes eram, como sempre, direcionados a temas macroeconômicos.

(12) Numa carta para Keynes, em 1936, Shove escreve: "Achei que você foi gentil demais com a análise 'clássica' tal como aplicada à firma ou indústria individuais. A menos que sejam feitas hipóteses muito artificiais (por exemplo, perfeita e instantânea fluidez de recursos), ela parece-me errada ou completamente ingênua. Tenho nesses anos todos tateado em busca de uma redefinição dela segundo linhas semelhantes, sob alguns aspectos, à sua solução para o sistema como um todo, sublinhando em particular as 'expectativas' e a influência da experiência corrente e imediatamente passada sobre elas". Keynes responde: "O que você diz sobre a análise correta tal como aplicada à indústria e firma individuais é provavelmente correto. Tenho me concentrado no outro problema, e não tenho, ao contrário de você, pensado muito sobre os elementos do sistema" (XIV:1).

perfeita pudesse ou não ser considerado o caso mais geral).¹³ Por outro lado, o desinteresse de Keynes pelo tema pode ter sido reforçado pela inexistência, então, de teorias dos mercados e da formação de preços mais conformes às suas próprias idéias.¹⁴

De qualquer forma, a questão dos possíveis motivos de Keynes é pouco relevante, se comparada à discussão sobre as conseqüências da minimização do significado revolucionário de parte da Teoria geral. Parece-me que, com isso, Keynes facilitou a tarefa àqueles que, posteriormente, encerraram-no na camisa-de-força de uma disciplina estreita – a macroeconomia.¹⁵ Após a Teoria geral, os economistas continuaram errantes, a encontrar-se “ora em um lado da lua e ora no outro, sem saber que estrada ou viagem conecta um ao outro” (1936:292). Uma das conseqüências foi o equivocado debate sobre os microfundamentos, cujo objetivo era precisamente “descobrir” a estrada entre a macro keynesiana e a micro neoclássica; acabou-se por restaurar a “dicotomia clássica”, seja no longo prazo (monetaristas e keynesianos do *mainstream*), seja no curto prazo (novos clássicos).¹⁶

Para os keynesianos que recusam o walrasianismo (ou o neoclassicismo em geral), a busca de microfundamentos deveria assumir um significado completamente distinto. Antes de mais nada, é necessário restituir à teoria keynesiana uma unidade subestimada – se percebida – pelo próprio Keynes (e, naturalmente, desconsiderada pelo *mainstream*). Assim reunificada, a teoria de Keynes pode reivindicar ser reconhecida como uma teoria pelo menos tão geral quanto o imponente edifício neoclássico. Pode pretender-se ainda mais geral, uma vez que opera com base em hipóteses menos heróicas no que tange à racionalidade e ao tempo, o que dá margem a uma descrição mais realista da dinâmica dos processos de interação entre indivíduos, firmas e indústrias.

Entretanto, a unidade não é suficiente, se o objetivo for o desenvolvimento de um paradigma alternativo. É necessário ir além de Keynes.

(13) Em contraste, é claro, com as convicções de Keynes acerca dos rendimentos decrescentes, “uma das poucas proposições incontrovertidas de nosso miserável assunto” (XIV:190). Na Teoria geral, Keynes apenas supõe dado o “grau de concorrência” (1936:245), sem discutir qual é ou tende a ser esse “grau” (ver Kregel, 1987).

(14) No fim das contas, a única conseqüência do ataque de Sraffa à concorrência perfeita havia sido a teoria de Chamberlin e Robinson – uma formalização não muito significativa de idéias já encontradas em Marshall. A contribuição importante (mas extremamente lacônica) de Kalecki à teoria dos preços começaria a ser publicada em 1938. Seja como for, minha proposição é que a teoria de Keynes é consistente com (e conducente a) teorias microeconômicas mais sofisticadas do que as oferecidas por Robinson, Chamberlin e Kalecki.

(15) Concordo parcialmente com a opinião de Brothwell (1986:532-3): “a revolução keynesiana nunca teve êxito, do ponto de vista *teórico*, porque ele (Keynes) nunca descartou muito da micro-teoria neoclássica”; ainda segundo Brothwell, o esforço pós-keynesiano teria sido “debilitado pela falha de Keynes em extirpar da Teoria geral o marginalismo neoclássico”. A meu ver, porém, há outras “falhas” importantes na Teoria geral.

(16) Para uma avaliação crítica desse debate ver, por exemplo, Kregel (1982).

De um lado, cabe incorporar avanços nos campos da microeconomia e da organização industrial (boa parte dos quais obtida à margem das tradições neoclássica e pós-keynesiana).¹⁷ Muitos temas tradicionalmente alocados nessas disciplinas podem (e devem) ser reinterpretados à luz de uma concepção teórica mais geral, de corte keynesiano (ou pós-keynesiano). Alguns exemplos:

- há uma ligação estreita entre incerteza e adoção de rotinas (Heiner, 1983).¹⁸ Para compreender o comportamento dos agentes que interagem em um mundo complexo e não-ergódico (Davidson, 1988), é interessante recorrer a conceitos como os de racionalidade “limitada” e “processual” (Simon, por exemplo 1978; 1979; Nelson & Winter, 1982; Dosi & Egidi, 1991; Vercelli, 1991);¹⁹
- formação de preços via *mark-up* e liderança de preços são exemplos de comportamento convencional – são comportamentos coletivos que têm por objetivo diminuir o grau de incerteza associado às decisões de produzir.²⁰ Aliás, diminuir o grau de incerteza é também o objetivo das “práticas monopolistas” de que fala Schumpeter (1942:cap. 8), bem como das formas (institucionais) de coordenação extramercado analisadas por Williamson (1985);
- as estruturas de mercado afetam a estratégia concorrencial e a conduta das empresas por meio do efeito que exercem sobre suas expectativas. A eficácia das barreiras à entrada é avaliada pelas empresas com base em expectativas acerca das decisões de seus concorrentes e de eventuais entrantes no mercado;²¹
- os ativos não são apenas comprados, mas “criados” e protegidos pelos capitalistas, por meio de estratégias voltadas à preservação de sua escassez. A compra de equipamento que incorpora uma inovação, o recurso a patentes ou ao segredo industrial, a propaganda e o aprendizado são formas de dificultar o acesso

(17) Por exemplo, Bain (1949), Labini (1956) e, mais recentemente, Nelson & Winter (1982), Dosi (1982) e outros evolucionistas. Uma avaliação da contribuição neo-schumpeteriana pode ser encontrada em Possas (1990a).

(18) Vercelli (1991:cap. 5) apresenta uma interessante síntese entre a proposição de Heiner (mais incerteza implica mais rigidez comportamental) e a tradição keynesiana (mais incerteza induz à busca de mais flexibilidade, por meio, por exemplo, da posse de ativos com maior prêmio de liquidez).

(19) "Incerteza substantiva forte (i.e., incerteza keynesiana) sempre estará associada com incerteza processual" (Dosi & Egidi, 1991:151). Uma discussão acerca das afinidades entre o behaviorismo de Simon e o pós-keynesianismo (bem como algumas observações acerca dos limites da abordagem de Simon) pode ser encontrada em Loasby (1989); Garner (1982); Hodgson (1989) e Kay (1989).

(20) Tanto as rotinas (individuais) como as convenções (coletivas) devem ser vistas como instituições (Silva, 1994: II/2), a serem explicadas por uma teoria do comportamento (racional) em condições de incerteza (cf., por exemplo, Lawson, 1985).

(21) Acredito que uma "teoria dos preços monetários" (a "teoria do valor em uma economia capitalista", segundo Townshend, 1937:167) plenamente desenvolvida não pode prescindir de uma teoria das estruturas de mercado e do comportamento estratégico (uma tentativa nesse sentido é apresentada em Silva, 1994:II, cap.3 e 4).

dos concorrentes aos ativos, aumentando o grau de monopólio sobre eles e sobre o mercado para seus produtos.²²

De outro lado, a macroeconomia (pós-keynesiana) poderia ser enriquecida pela incorporação desses elementos. A meu ver, a relação entre pós-keynesianismo e microeconomia tem sido prejudicada pelo ruído provocado pela controvérsia ortodoxa sobre os microfundamentos. É certamente legítima a oposição pós-keynesiana (e, admita-se, neo-ricardiana) às explicações “imperfeccionistas” (Milgate, 1982) que buscam a explicação do desemprego involuntário na rigidez de preços: a flexibilidade de preços não implica equilíbrio automático (nem mesmo convergência em direção ao equilíbrio) mesmo nos mercados de produtos (ver livro II, cap. 3 e 4), quanto mais no mercado de trabalho (ver livro II, cap. 5). Porém, esforço idêntico deveria ser dedicado à exploração das possíveis implicações da existência, no mundo real, de mercados *fix* e *flex* em interação. Além de desenvolver as contribuições de Kalecki (por exemplo, 1954)²³ e Steindl (1952), poderia ser interessante incorporar certos *insights* de Hicks (1989) e de novos keynesianos – sem aceitar, no entanto, a rigidez de preços como explicação do desemprego (ou da demanda por dinheiro; ver Kregel, 1990).²⁴

Tudo somado, creio que o desenvolvimento da teoria keynesiana, encarada como o fundamento de um paradigma alternativo, requer ainda que se superem algumas limitações impostas pelo enfoque superficial dado a questões microeconômicas e pela adoção do método do equilíbrio na teoria do emprego.

2.2. A opção pela estática

Na Teoria geral, Keynes não se propôs realizar uma comparação exaustiva entre sua contribuição e as muitas vertentes da teoria econômica então

(22) Possas (1993: 16n) sugere que a relação entre rentabilidade e escassez dos ativos (presente no conceito marshalliano de quase-renda), possibilita uma "difícil – mas não implausível – integração de elementos keynesianos e schumpeterianos". Sobre os elos entre pós-keynesianismo e neo-schumpeterianismo, ver também Possas (1990b) e Canuto (1992).

(23) Ao escrever sobre preços determinados pela demanda ou pelos custos, Kalecki (como Hicks posteriormente) sublinha a presença constitutiva, (ao menos) nas economias capitalistas modernas, de dois tipos básicos de formação de preços. Kalecki, porém, não estava realmente preocupado com a teoria dos mercados e dos preços, contentando-se com algumas observações superficiais a respeito. Além disso, uma parte substancial de sua teoria supõe preços dados.

(24) Keynes estava ciente da dicotomia entre preços flexíveis e administrados (XIII:628), mas parece ter pensado que a importância (prática e teórica) disso era desprezível. Em minha opinião, trata-se, pelo contrário, de um ponto extremamente importante. Infelizmente, a maior parte das teorias macroeconômicas supõe preços flexíveis *ou* rígidos, deixando de estudar a interação entre estruturas de mercado distintas, a qual pode condicionar a dinâmica de preços e quantidades da economia.

existente. O diálogo explícito restringiu-se praticamente à assim chamada teoria clássica, descrita como uma ortodoxia da qual as “pressuposições”, “atmosfera” e “método” “haviam permanecido surpreendentemente os mesmos” (1936:xxx). Curiosamente, tal ortodoxia, embora vetusta e coerente ao longo do tempo, não havia ainda produzido uma exposição canônica e abrangente, na qual explicitasse seus postulados (Keynes, 1937a:106). À falta dela, Keynes compôs seu adversário adicionando partes de Ricardo e Marshall ao Pigou da *Theory of unemployment* (“a única exposição detalhada da teoria clássica do emprego que existe”; 1936:7). No modelo clássico assim reconstruído, há sempre pleno emprego (se houver flexibilidade salarial), o dinheiro é neutro no curto e no longo prazos e a taxa de juros é determinada pelas “forças reais da abstinência e da produtividade”. A “dicotomia clássica” é absolutizada.²⁵

A maior parte (senão a totalidade) dos contemporâneos de Keynes não se reconheceu na colagem apresentada na Teoria geral, rejeitada como reconstituição da tradição marshalliana culminando em Pigou e, a *fortiori*, como uma suposta representação do estado da arte então prevalecente na ciência econômica como um todo. Parte da polêmica pode ser atribuída ao fato de Keynes parecer julgar-se o único economista “não-clássico” entre os contemporâneos. E, de fato, o cenário intelectual nos anos vinte e trinta era muito mais rico do que a Teoria geral deixa entrever. Havia, mesmo, um “excesso de oferta” no mercado teórico (“*an embarrassment of riches*”, na expressão de Kohn, 1986:117), e Keynes estava perfeitamente a par disso.²⁶ Há, é claro, várias passagens em que a heterodoxia de Robertson, Hawtrey, Hayek e Ohlin é reconhecida.²⁷ Isso, porém, não satisfaz seus críticos, como mostram as observações de Haberler, que traz para o primeiro plano a questão das flutuações econômicas: “Estou contente com você agora interpretar ‘economistas clássicos’ em um sentido tão amplo. Se Hawtrey, Robertson, Ohlin não são economistas clássicos, então Wicksell tampouco é, nem Pigou em suas *Industrial fluctuations*, e nem mesmo Marshall em muitas passagens. Todos são então clássicos e não-clássicos ao mesmo tempo. Na teoria

(25) Essa representação impiedosa – e possivelmente leviana – do modelo clássico é das heranças menos interessantes da Teoria geral. Um dos efeitos colaterais foi contribuir para obscurecer o fato de que, em certa medida, a concepção monetarista – a teoria quantitativa “moderna” – meramente retorna ao quantitativismo flexível vigente na Cambridge pré-Teoria geral, para o qual a idéia de que a moeda possa não ser neutra no curto prazo não era desconhecida.

(26) Keynes (1936:vi) pretendia pôr um fim às “profundas divergências de opinião entre colegas economistas que quase destruíram a influência prática da teoria econômica e que, enquanto não forem resolvidas, continuarão a fazê-lo”.

(27) Por exemplo, XIV:15, 24, 94; XXIX:270; ver também 1937a:202-3n. Não me parece claro se Keynes classificaria todos na mesma escola, como “*neo-classicals*”, nem quais seriam as características unificadoras dessa escola. De toda forma, há indícios claros que nem Hawtrey nem Robertson sentiram-se confortáveis com essa classificação.

do ciclo econômico a lei de Say está bastante deslocada e não há dúvida de que a teoria do ciclo tem ocupado mais e mais a teoria econômica geral, relegando o equilíbrio de pleno-emprego à categoria de caso especial” (XXIX:271). Na Teoria geral, Keynes faz tábula rasa da discussão do ciclo econômico desenvolvida no âmbito da escola “clássica”. Curiosa, em particular, é a ausência, no livro, de maiores referências à própria tradição marshalliana. Há ciclo em Marshall, Pigou, Robertson, Lavington e Hawtrey (bem como nos próprios textos de Keynes, pré-1936). E, onde há ciclo, há desemprego “involuntário” (pelo menos, *pode* ou *tende* a haver). Suponha-se uma recessão causada por uma onda de pessimismo (Marshall e Pigou) ou por uma perturbação monetária (Hawtrey). O desemprego decorrente não pode ser considerado uma fricção normal na operação do sistema; não se origina da fixação de salários reais superiores ao nível de equilíbrio; não é evidente que possa ser obviado pela redução dos salários nominais: há uma dinâmica associada às expectativas ou à contração do crédito. O que falta para considerar este desemprego cíclico como involuntário?²⁸

Parece claro que, para Keynes, um diálogo com as teorias marshallianas do ciclo não seria proveitoso. Sem dúvida, essas teorias não eram satisfatórias. Antes de mais nada, porque não excluía a possibilidade de que os trabalhadores, supostamente capazes de determinar seus salários reais, pudessem ser os responsáveis pelo desemprego. O fato de que as teorias fossem capazes de contemplar outras causas de desemprego não era suficiente. Por outro lado, há indícios de que Keynes suspeitava que essas teorias dinâmicas eram inconsistentes com o núcleo duro do programa de pesquisa marshalliano. Fosse esse o caso, uma descrição consistente da teoria clássica não poderia ser muito diferente daquela apresentada por ele; não valeria a pena discutir os tratamentos *ad hoc* oferecidos pelos marshallianos (e, por razões semelhantes, o mesmo poderia ser dito das demais tentativas de análise dinâmica).

Mas há outras possibilidades. Keynes pode ter concluído que as teorias dinâmicas eram arriscadas demais. Isso porque o desemprego, compreendido num contexto cíclico, *pode* ser considerado transitório, e o desemprego transitório *pode* ser considerado irrelevante (e algo a ser eliminado pela mão invisível; Possas, 1986:298; ver também Kohn, 1986:1207 e Vercelli, 1991:225). Além disso,

(28) Em artigo de 1921, Pigou, escreve Bigg, "utilizou a depressão cumulativa de Marshall para explicar como o desemprego se espalha de uma indústria a outra", sugerindo ainda que "a amplitude das flutuações é aumentada pelo fato de que a atividade corrente se baseia em estimativas da demanda futura" (pois os processos produtivos tomam tempo). "Pigou sublinhou a natureza involuntária desse desemprego. Embora cada firma escolha reduzir sua produção em face da demanda diminuída (o que por sua vez leva a reduções adicionais na demanda efetiva), o desemprego resultante é inteiramente involuntário quando visto do ponto de vista das famílias, como proprietárias de trabalho". Bigg (1990:127-8). Ver também, a respeito, Kregel (1977) e Milgate (1982).

Keynes certamente acreditava que tais teorias eram excessivamente difíceis e imprecisas (XIV:180), tendo ele próprio abandonado esse campo “por volta de 1931 e 1932” (XIV:184). Parte do risco decorria justamente da dificuldade e da imprecisão: o caos disseminado pelo conflito entre as teorias dinâmicas contemporâneas era considerável.²⁹ Keynes tinha bons motivos para temer que qualquer teoria dinâmica que pudesse elaborar fosse recebida como apenas mais uma teoria dinâmica idiossincrática e particular.³⁰

Acima de tudo, abstrair as teorias dinâmicas (“clássicas” ou “neoclássicas”) permitiu a Keynes estruturar o debate em termos estáticos, como uma oposição dramática entre uma teoria clássica que pressupunha pleno emprego e uma Teoria geral em que o emprego era uma variável dependente: “equilíbrio com pleno emprego” *versus* “equilíbrio com desemprego involuntário”. Os termos da questão predeterminavam a resposta: obviamente, a segunda opção era preferível (bastava olhar as longas filas de desempregados...). Keynes perpetrou um soberbo exercício de retórica, que se mostrou tremendamente eficaz. Porém, tal sucesso pode ter sido obtido a um custo considerável. A especificação desse equilíbrio com desemprego involuntário, tal como feita por Keynes, empobrece significativamente o tratamento da temporalidade das decisões de aplicar, investir, produzir. Abre-se o caminho para a entronização da estática comparativa como um método apropriado em teoria macroeconômica.

2.3. Equilíbrio e equilíbrismo

Na opinião de Hicks (1976), a Teoria geral acena com a promessa irrealizável de uma “completa teoria econômica no tempo”: “A teoria de Keynes

(29) Cada autor delineava "sua própria análise seqüencial A seleção da unidade de tempo dependia da abordagem e variava de teoria para teoria. Cada autor adotava seu próprio conjunto de definições para termos comuns como poupança e investimento, freqüentemente inventando uma profusão de novos termos específicos à sua teoria. Sendo a análise mais literária do que formal, emergiram muito poucos resultados definidos". Essa é a descrição, por Kohn (1986:1197), do "*embarrassment of riches*" que caracterizou a irrupção da "análise monetária neoclássica", a qual teria encontrado na Teoria geral o seu auge (e queda).

(30) Presley (1986) apresenta uma interpretação interessante da questão da dinâmica. Segundo ele, Robertson e Keynes compartilham (e desenvolvem conjuntamente), nos anos 20, a mesma "visão essencialmente dinâmica do sistema capitalista de produção" (p. 386). Pelo início dos anos 30, Keynes forma a convicção de que o sistema econômico podia encontrar-se travado em uma "posição de repouso abaixo do pleno emprego". Para Keynes, escreve Robertson (1940, *apud* Presley, p. 387) , "a expansão é um processo de transição de um equilíbrio estável a outro, de um equilíbrio estável a um nível baixo, cuja existência jamais deveria ter sido admitida, para um equilíbrio estável a um nível muito mais elevado". Em contraste, o capitalismo é para Robertson um "sistema dinâmico que nunca atinge o repouso", cujo estudo demanda uma teoria dinâmica (Presley, 1986:387). "Essa diferença fundamental permitiu a Keynes empregar a estática comparativa, concentrando a atenção sobre a análise de equilíbrio" (loc. cit.).

tem uma perna que está no tempo e outra que está fora dele. Trata-se de um híbrido. Não o culpo por isso; ele estava procurando uma teoria que fosse efetiva, e a encontrou. Estou bem preparado para acreditar que as teorias efetivas serão sempre híbridas – elas não podem se permitir preocupar-se com dificuldades que não são importantes para o problema em questão. Complicações (e para uma teoria simples a passagem do tempo é uma complicação) devem ser admitidas quando precisarem ser admitidas; mas se em algum lugar pudermos evitá-las, nós as evitaremos” (p. 288). A relação entre tempo e equilíbrio é tratada a seguir: “Um estado de equilíbrio, por definição, é um estado em que algo, algo relevante, não está mudando, e portanto o uso de um conceito de equilíbrio é um sinal de que o tempo, sob algum ponto de vista pelo menos, foi deixado de lado” (p. 289).

Numa leitura superficial, esta passagem poderia parecer uma crítica às teorias que empregam o conceito de equilíbrio. Mas não se trata disso, absolutamente. É improvável que possamos, jamais, construir uma teoria na qual todas as coisas relevantes estejam mudando ao mesmo tempo. Não haverá teoria sem estados de equilíbrio, é o que Hicks nos diz. É interessante examinar este ponto com certo cuidado.

Uma teoria em que tudo muda seria, na melhor das hipóteses, como o mapa descrito por Borges, “que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele”. Não seria um mapa. Não seria uma teoria. No entanto, não creio que a metáfora seja completamente adequada. No mundo real, salvo engano, nem todas as coisas relevantes estão mudando ao mesmo tempo, ou mudando à mesma velocidade; além disso, nem todas as mudanças estão relacionadas (ou igualmente relacionadas) umas às outras. A identificação de relações de causalidade supõe que seja possível especificar a mudança e os efeitos da mudança. Toda teoria abstrai, é óbvio, mudanças irrelevantes para o tema em questão; abstrai também (ou pode abstrair) aquelas mudanças cuja temporalidade é suficientemente distinta da temporalidade do fenômeno estudado; emprega, em alguma medida, a cláusula *ceteris paribus*, para que possa enunciar relações de causalidade. Ao discutir, por exemplo, as decisões de produzir, podemos abstrair, com alguma segurança, o fato de que a tecnologia empregada na produção de cada mercadoria está a evoluir segundo uma certa trajetória; a pertinência de uma tal teoria da produção decorre do caráter descontínuo do processo de destruição criadora. Com esse exemplo, quero sugerir que *permanência não implica “equilíbrio”* – pelo menos, não no sentido em que o termo é normalmente utilizado.

Há muitos elementos do mundo econômico que mostram relativa persistência: instituições (*stricto sensu*), estruturas de mercado, rotinas e convenções; segundo a “hipótese institucional” (Silva, 1994:v), a relativa estabilidade da economia capitalista deve muito à presença dessas instituições. É

possível assimilar todos esses elementos de persistência à idéia de equilíbrio, como sugere Hahn (1977). Mas é duvidoso que uma tal ampliação do significado do conceito de equilíbrio traga dividendos significativos. Parece-me mais razoável preservar a acepção tradicional, em que o equilíbrio está relacionado a idéias como as de confirmação das expectativas dos agentes quanto a operações de mercado, *market clearing*, perequação das taxas de lucro (entre outras). O *equilibrismo* não está na especificação do equilíbrio, mas na construção de teorias sustentadas sobre o *axioma* de que os mercados tendam à norma de equilíbrio empregada. O equilibrismo, sim, *abomina o tempo*, e procura preenchê-lo por meio de um vácuo axiomático; a configuração de equilíbrio é quase sempre, por alguma hipótese metodológica mal justificada, selecionada como a única analiticamente relevante. Já o tempo no qual transcorrem os processos econômicos reais – e no qual, creio, deveriam transcorrer os processos estilizados teoricamente – tem no equilíbrio um momento possível da trajetória (não havendo razão geral para supor que o equilíbrio seja necessariamente alcançado ou que corresponda a um estado final de repouso).

Não é difícil especificar um conjunto de condições segundo as quais se possa considerar um agente em equilíbrio. A noção de equilíbrio pode ser definida com base nas concepções de racionalidade substantiva, estratégias maximizadoras e expectativas racionais ou (preferivelmente) com base nas concepções de racionalidade processual (ou limitada), estratégias “satisfatórias” (*satisficing*) e expectativas “sensatas” (por exemplo, Davidson, 1987; Dow, 1985:cap. 5). Pode significar que as expectativas do agente foram confirmadas ou que, a despeito da ocorrência de frustração em algum grau, o agente logrou obter o melhor possível (ou que imaginou ser o melhor possível) nas circunstâncias vigentes no mercado.³¹ Dependendo da definição escolhida e da situação analisada, algumas inferências acerca das decisões subseqüentes do agente podem ser sugeridas. (Por outro lado, a obtenção de equilíbrio, por parte de um agente, não implica que este deva manter seu comportamento inalterado).

Muito mais complicado é especificar as condições de equilíbrio relativas a um conjunto de agentes, dados os problemas relativos a diferenças e assimetrias entre eles e à temporalidade dos processos de mercado considerados. O significado dessas condições será muito menos preciso. É trivial definir o lucro almejado por uma empresa num período de produção; é trivial mostrar como, dada sua função consumo, um agente ajusta seu dispêndio a uma mudança na renda. Mais difícil é definir as condições de equilíbrio do mercado (e avaliar em que

(31) Em Hahn (1974; 1984), como mencionado, há equilíbrio quando o desapontamento não é significativo (ou pedagógico) a ponto de produzir uma mudança nas rotinas do agente (por exemplo, no método empregado para formular expectativas).

medida essa definição esclarece a dinâmica da interação entre ofertantes e demandantes), bem como tratar da temporalidade do processo por meio do qual a comunidade como um todo tende a retornar a um ponto da função consumo agregada.

Sabemos todos que a questão da existência do equilíbrio não pode ser confundida com a questão da convergência em direção a ele. A relevância de um equilíbrio cuja capacidade de atuar como “centro de gravitação” não pode ser demonstrada é, no máximo, muito limitada (Hahn, 1977). Frente a isso, a teoria econômica no mais das vezes convida-nos a um ato de fé na eficácia dos processos de mercado que deverão atraí-lo (ou à economia como um todo) na direção das condições de equilíbrio previamente estipuladas.³² “Técnicas atraentes e polidas” foram concebidas para “domesticar” os processos de mercado reais: a hipótese de Marshall sobre a irrelevância do efeito-renda, o recontrato de Edgeworth, o *tâtonnement* de Walras são alguns dos mais notáveis exemplos (Hicks, 1989). A estática comparativa tem sido insistentemente empregada pelo *mainstream* como um sucedâneo (duvidoso) de teorias fundadas sobre o conceito de tempo histórico.³³ A alternativa do equilibrismo se oferece a cada vez que é necessário lidar com a interação entre os agentes.

Voltemos agora às opiniões de Hicks sobre a Teoria geral. Para ele, estão “no tempo” a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez; está fora dele a teoria do multiplicador, bem como “toda a teoria da produção e dos preços que está – de alguma forma – embrulhada” na primeira: “Para os propósitos de Keynes isto era justificável; mas que confusão isso criou para os sucessores! A ‘revolução keynesiana’ ficou pela metade (*went off at half-cock*); e assim a linha, que julgo ser vital, ficou borrada. Os equilibristas, portanto, não souberam que haviam sido vencidos; ou, por outra (pois não estou afirmando que eles tivessem sido completamente vencidos), não souberam que haviam sido desafiados.

(32) Concordo por inteiro com a proposição de Vercelli (1991:22-3) de que “o equilíbrio não é plenamente inteligível a menos que seja interpretado num quadro dinâmico. Devemos portanto estudar o comportamento do sistema não apenas em equilíbrio, mas também em desequilíbrio. Além disso, como é bem sabido (mas esquecido com demasiada frequência), somente a análise do comportamento dinâmico em equilíbrio pode oferecer o fundamento necessário à análise de equilíbrio Os novos clássicos afirmam que a macroeconomia deve ter um fundamento no equilíbrio. Seja isso verdadeiro ou não, necessitamos de um fundamento dinâmico para a macroeconomia”.

(33) Isso se reflete, por exemplo, na própria noção de concorrência empregada. A concorrência é vista como um processo de *ajustamento* e restauração da uniformidade entre os agentes, o dá conta de apenas uma de suas dimensões. A outra dimensão é a da *ruptura* e (criação de assimetrias). Poucos economistas ousaram teorizar sobre ela, como Marx e Schumpeter. Mesmo eles, porém, deixaram-se seduzir pela “atração irresistível” (Robinson, 1962) das idéias de equilíbrio – refiro-me à pressuposição de uma tendência, à igualação das taxas de lucro, em Marx, e à pressuposição da convergência ao fluxo circular, em Schumpeter. Para uma reflexão sobre o conceito de concorrência, ver Possas (1989: cap. 3; 1985: cap. 4).

Pensaram que tudo o que Keynes havia dito podia ser absorvido em seus sistemas de equilíbrio; bastava ampliar o escopo de seus sistemas de equilíbrio” (loc.cit.).³⁴

As idéias de Hicks, embora instigantes, parecem-me um tanto inconclusivas: as teorias econômicas, para ele, são equilibristas ou, na melhor das hipóteses, “anfíbias”. Teoria anfíbias, como a de Keynes, são um desafio aos equilibristas. Porém, por algum motivo, o desafio não foi ouvido pelos destinatários – mas qual motivo? O próprio Hicks ressalta, e até ironiza, o estardalhaço com que Keynes anuncia sua teoria “no tempo”. Não tenta explicar – nem menciona – os ouvidos moucos dos equilibristas.³⁵

De toda forma, minha opinião é um pouco mais pessimista: para obter um resultado preciso, Keynes recorreu a procedimentos equilibristas – “técnicas atraentes e polidas” – em suas teorias da produção, do portfólio e do consumo. Hipóteses equilibristas são necessárias para determinar a posição do ponto de demanda efetiva e para assegurar seu caráter como “centro de gravitação”. Assim apresentadas, as teorias do investimento e do multiplicador vêm somar-se às inúmeras (e tradicionais) fábulas acerca da existência e convergência em direção ao equilíbrio; para narrá-las, é suficiente tratar processos no tempo “como se” fossem movimentos no espaço (Robinson, 1953; 1978).

4. Equilíbrio com desemprego involuntário: o ponto de demanda efetiva

Nas mãos de Keynes, a idéia ostensivamente marshalliana de que o emprego é determinado pelas expectativas quanto à demanda se torna

(34) Esta passagem de Hicks convida a um (breve) devaneio: quais teriam sido as conseqüências de um desafio mais radical aos “equilibristas”? Pode-se argumentar que isso teria sido um grave erro tático, acarretando desastre no curto prazo e aniquilação no longo. Quem sabe? Por outro lado, poderia ter sido gestada uma trajetória diferente para a teoria econômica; talvez uma parte mais significativa da profissão estivesse hoje disposta a investir em um programa de pesquisa não-equilibrista. De toda forma, relevante é discutir o que se deve fazer a partir de hoje, e não o que Keynes deveria ter feito.

(35) Os trechos por mim destacados do artigo de Hicks são citados por Davidson, com aprovação, um grande número de vezes. Porém, a interpretação de Davidson me parece discutível. Segundo ele, Hicks “afirmou que, à diferença dos conceitos de equilíbrio *geral* que ‘sinalizam que o tempo sob alguns aspectos foi deixado de lado’, a teoria monetária de Keynes era uma abordagem ‘*in (calendar) time*’, na qual o reconhecimento de um futuro incerto (e não meramente probabilístico) conformava o comportamento econômico” (1982/1992:16; grifo meu). Ora, Hicks diz claramente que o equilíbrio *sempre* “congela” o tempo, pelo menos em parte; e diz isso referindo-se a Keynes! Ainda segundo a interpretação de Davidson, Hicks afirmaria que a revolução keynesiana “*went off at half-cock*” devido à falta de reconhecimento, por parte da síntese neoclássica, do conceito de “tempo de calendário”. No entanto, parece-me claro que Hicks atribui parte da responsabilidade ao próprio Keynes. A preocupação com a crítica ao equilíbrio *geral* (aliada, quem sabe, a um certo fundamentalismo) talvez venha barrando aos pós-keynesianos a possibilidade de realizar uma reflexão sobre o equilíbrio *em geral* (e, em particular, sobre o equilíbrio em Keynes) e sobre o que significa, afinal, desenvolver uma teoria no “tempo de calendário”.

revolucionária. Não é surpreendente a afoiteza com que os keynesianos walrasianos da síntese procuraram subvertê-la.

Ao tomar suas decisões de produzir, as empresas estão – e sempre estarão! – no curto prazo de Marshall. O fato de que a produção toma tempo é um fenômeno tecnológico que a teoria (da produção) não tem o direito de abstrair. O mesmo, agrega Keynes, se aplica ao fato de que, quando se dá a decisão de produzir, os valores correntes dos salários e das matérias-primas sejam dados e conhecidos pelo empresário; estão dadas as curvas de custo. Trata-se aqui de um fenômeno *institucional* (decorrente, como insiste Davidson, da tentativa, por parte das empresas, de reduzir o grau de incerteza nos ambientes em que operam). Portanto, o ponto de partida do processo de produção *não* é um leilão realizado no mercado de trabalho; tampouco se pode admitir que as decisões de produção sejam tomadas por meio de um processo no qual, simultaneamente, busque-se o equilíbrio nos mercados de trabalho e de bens (como no caso do leilão global de tipo walrasiano).

O tempo, como gostam de lembrar os pós-keynesianos (citando Bergson), “é um artefato que impede que as coisas ocorram todas de uma só vez”. Em um dado momento, o emprego agregado é determinado (fundamentalmente) pelas expectativas dos empresários quanto ao comportamento do mercado num futuro relativamente próximo. Fatores tecnológicos impedem que a produção se ajuste instantaneamente ao mercado. Decisões de produzir tomadas com base em expectativas frustradas são custosas e produzem conseqüências que, embora dificilmente sejam catastróficas, são de certo modo irreversíveis: “A possibilidade de frustração das expectativas, *mesmo* a curto prazo (é) teoricamente decisiva para ressaltar a peculiaridade metodológica da posição de Keynes. Não se trata nesse caso de mero desajuste temporário que tenderá a ser sanado espontaneamente pelas forças de mercado (oferta e demanda) restauradoras de algum equilíbrio, mas de uma frustração *definitiva* e insanável: se o equilíbrio não tiver sido alcançado – por mera casualidade, diga-se – no período, terá perdido sua *única* oportunidade; as expectativas que se formarão para o período seguinte provavelmente levarão em conta o erro de previsão cometido e tentarão corrigi-lo, mas tratar-se-á de um *novo* período, com novas circunstâncias supervenientes” (Possas, 1989:19).

Fatores institucionais (impossibilidade de recontrato, inexistência do leiloeiro) tornam possível o comércio com “preços falsos” e, portanto, a ocorrência de desequilíbrio mesmo com *market-clearing*. Quando prescindimos do axioma equilibrista, a dinâmica dos mercados de produtos, analisada com base na cláusula *ceteris paribus*, já é por si só consideravelmente complexa – não há motivos para esperar que os mercados tendam ao equilíbrio (e isso independentemente de que os preços sejam ou não flexíveis; ver, no livro II,

cap.3 e 4). Não há motivos para imaginar que essa complexidade torne-se menor ao procurarmos integrar a dinâmica da produção à dinâmica resultante da interação entre ofertantes e demandantes nos vários mercados de trabalho. A hipótese de que esses processos possam encontrar no leilão walrasiano uma estilização minimamente robusta é apenas um ato de fé, um desdobramento moderno do antigo credo iluminista na existência de leis naturais (e benignas) que regem a “máquina” (ou o “organismo”) social.

Emprego determinado a cada momento pelas estratégias das empresas e por suas expectativas de curto prazo (podendo-se ou não definir, com objetivos heurísticos, didáticos, algo como um ponto de demanda efetiva *esperada*), desequilíbrio permanente e trajetórias *path-dependent* – creio poder resumir dessas formas os traços básicos do que, para mim, seria uma teoria do emprego condizente com a natureza não-ergódica da economia capitalista. A cada momento, o nível de desemprego é (como em Keynes) um subproduto das decisões de valorizar o capital por meio da produção. Numa interpretação descompromissada com a exegese, estes são alguns dos traços mais importantes da teoria keynesiana da produção. Façamos agora um pouco de exegese.

O estado de equilíbrio com desemprego involuntário apresenta algumas características mais evidentes. Antes de mais nada, temos as seguintes:

- No ponto de demanda efetiva, cruzam-se as curvas de oferta e demanda agregadas. As expectativas de curto prazo são confirmadas³⁶; para cada produtor, igualam-se a receita esperada e a realizada, o que significa que a “demanda efetiva” (*ex ante*) iguala-se³⁷ à renda (*ex post*).³⁸
- O salário real supera a desutilidade marginal do emprego. A ocorrência de desemprego involuntário independe de erros que os empresários tenham cometido ao tomar suas decisões de produzir.

As próximas duas condições dizem respeito à curva de demanda agregada:

(36) Na interpretação de Casarosa (1981), adotada por Vercelli (1991), o equilíbrio pressupõe que uma terceira função – a de dispêndio agregado – passe pelo ponto de demanda efetiva.

(37) Supondo que essa comparação possa ser realmente efetuada, o que é questionado em Keynes (1937c).

(38) "As rendas são criadas em parte pela produção dos empresários para o investimento e em parte por sua produção para o consumo" (Keynes, 1937b:120). Isso se aplica à maior parte dos fluxos de renda, mas não aos lucros (logo, tampouco se aplica à renda agregada) – "a renda, i.e., resultados realizados, enquanto algo distinto da demanda efetiva, só existe para os empresários" (1937c: 180; ver também XIII:424-5). Os lucros só podem ser calculados no final do período de produção, tendo em conta custos, receita *e* (de acordo com o capítulo 6 da Teoria geral) o valor estimado do equipamento do capital. Se o consumo dos capitalistas depende, em alguma medida, dos lucros correntes, então o consumo agregado não pode ser inferido a partir do emprego corrente (ao contrário do que afirma Keynes em algumas passagens; ver, por exemplo, 1936: 90).

- As eficiências marginais de todos os ativos tornaram-se iguais. Cada aplicador de capital compôs seu portfólio da maneira desejada e, com isso, o investimento está determinado.³⁹
- Os consumidores, em alguma medida racionados no mercado de trabalho, realizam suas preferências no que tange à administração do fluxo de renda. A comunidade acha-se sobre um ponto da função consumo e, portanto, o efeito-multiplicador está esgotado.

No que concerne à trajetória futura da economia, temos o seguinte efeito, segundo Keynes:

- O equilíbrio obtido é (ou pode ser), em algum sentido, “estável” (1936:30). Porém, a própria existência de desemprego involuntário pode deflagrar processos de mercado – quedas nos salários e nos preços – cujo efeito sobre o emprego e a renda é incerto (1936:cap. 19).

Para um pós-keynesiano, suponho, a descrição acima é completamente familiar. Mas um olhar, digamos, hicksiano, sobre o ponto de demanda efetiva, torna possível colocar algumas questões.

O cálculo da renda pressupõe a escolha de um período contábil. No caso da renda gerada no âmbito de uma empresa, o período contábil relevante às decisões de produção é o “período de produção” (1936:cap. 5). O emprego e a renda esperada (*ex ante*) são simultaneamente determinados. No final do período, é possível confrontar expectativas e resultados (isto é, renda e lucros *ex post*). As decisões de produzir podem ser, então, reavaliadas.

A definição do período contábil para a renda agregada – o “período macroeconômico” – representa tarefa bem mais melindrosa. O período macroeconômico pode ser definido como uma quantidade *arbitrária* de tempo cronológico – tal como se dá, de fato, na contabilidade nacional.⁴⁰ A alternativa, proposta já pelos clássicos (Silva, 1994) e adotada por Keynes (e pela tradição keynesiana), consiste em formular uma definição teórica, em que o período corresponda ao tempo (lógico) necessário a que certos processos ocorram.⁴¹

(39) Para alguns autores, a teoria do portfólio só diz respeito aos ativos mais líquidos. Não vejo por que não adotar uma definição mais ampla, que inclua o investimento; o cuidado óbvio é contemplar as especificidades dos vários tipos de ativo (prêmio de liquidez etc.).

(40) Essa opção, a meu ver, não impede o trabalho teórico e oferece algumas vantagens que podem compensar uma certa perda no que respeita à precisão (possivelmente perigosa) oferecida pela definição “teórica” do período contábil.

(41) Em alguns dos rascunhos da Teoria geral, Keynes emprega o período de produção microeconômico como o período contábil macroeconômico (XXIX:63-5). Essa abordagem parece exigir algumas simplificações heróicas, como a de que existe uma única firma (Asimakopulos, 1991, vê traços dessa hipótese na Teoria geral) ou a de que os períodos de produção são iguais e sincronizados. Ver Chick (1982), para uma tentativa de subdividir o “ano” hicksiano – igual, parece-me, ao período macroeconômico de Keynes na Teoria geral – em “trimestres”, relacionados aos períodos de produção das empresas.

Na Teoria geral – ao menos no capítulo 3 – o período macroeconômico começa com a determinação do emprego agregado e termina com a obtenção do equilíbrio macroeconômico. No início do período – um ponto no tempo – os empresários definem (simultaneamente?) o ponto da curva de oferta agregada no qual esperam maximizar seus lucros (sobre as hipóteses necessárias à definição desse ponto inicial, ver Possas, 1987:78n). Na formulação mais simples do modelo, este “ponto de inicialização” é, por hipótese, o “ponto de demanda efetiva” (se definirmos este último como aquele ponto no qual as expectativas são realizadas).⁴² Nesse “modelo de equilíbrio estático”, “o sistema se move instantaneamente para o ponto de demanda efetiva” (Kregel, 1976:214).⁴³

Na ausência de uma hipótese de pré-conciliação, deve-se admitir que, em geral (mesmo de um ponto de vista teórico), o ponto de inicialização⁴⁴ não coincide com o ponto de demanda efetiva. Previsões erradas, se afetarem as expectativas de curto prazo irão, gerar algum tipo de processo dinâmico – o qual, é claro, não se há de supor que seja instantâneo; na Teoria geral, de fato, não é. Keynes supõe, isto sim, que este processo converge para o ponto de demanda efetiva (Asimakopulos, 1991:5-6). Quando este é alcançado, encerra-se o período macroeconômico

Ao que parece, o equilíbrio macroeconômico é “estável”, para Keynes, porque o ponto de demanda efetiva opera como um “centro de gravidade” (ver Asimakopulos, 1982:32). As forças que determinam a “posição de equilíbrio” não são afetadas pelo processo de mercado (“*the higgling of the market*”), vale dizer, o processo de “tentativa e erro” (XIV:182)⁴⁵ por meio do qual os empresários “descobrem” a verdadeira posição do ponto de demanda efetiva⁴⁶. Keynes supõe,

(42) A maneira idiossincrática e esdrúxula com que Keynes definiu “demanda efetiva” foi criticada por Hawtrey, que também percebeu a existência de alguma ambigüidade no emprego da noção (por exemplo, XIII:596-7). Aparentemente, Keynes só admitiu esse ponto na correspondência com Robertson após a publicação da Teoria geral (XIV:95).

(43) Não fica muito claro se o mesmo se aplica à renda agregada (dado que os períodos de produção são diferentes e pode haver intervalos entre a percepção da renda e o gasto em consumo). De toda forma, com a hipótese de confirmação das expectativas de curto prazo, isso se torna irrelevante: só o ponto inicial do período importa.

(44) Que Chick (1983) e Asimakopulos (1982) denominam “ponto de demanda efetiva”...

(45) “Pois o resultado seria exatamente o mesmo caso se supusesse que as decisões dos empregadores não fossem causadas por qualquer tentativa racional de prever segundo as linhas que indico, mas meramente geradas por modificações a intervalos curtos, baseadas unicamente no método da tentativa e erro” (XIII:603). Para Kregel (1976:215), no “modelo de equilíbrio móvel” – “o modelo dinâmico completo de Keynes” – a frustração das expectativas de curto prazo pode alterar a posição do ponto de demanda efetiva. Porém, a despeito da plausibilidade desse tipo de interação, não parece ser fácil encontrar qualquer evidência textual a respeito nos textos de Keynes.

(46) Numa carta a Hawtrey, Keynes escreve: “Você normalmente está preocupado com o processo de mercado (*the higgling of the market*), com os *curtos lapsos de umas poucas semanas* durante os quais todos estão descobrindo qual é realmente a demanda, enquanto eu estou preocupado com as forças que determinam a

portanto, que o ponto seja estável em relação às expectativas (e decisões) relativas a produção, custos, preços e estoques; o resultado é algo semelhante ao “modelo de equilíbrio estacionário” de Kregel.

Deve-se salientar que, para Keynes, a estabilidade do ponto de demanda efetiva parece ser um atributo do mundo real (pelo menos uma boa aproximação) e, como tal, pode ser incluída no modelo teórico sem maiores precauções.⁴⁷ Creio ser razoável associar a confiança de Keynes naquela estabilidade⁴⁸ ao virtual desaparecimento, após os capítulos 5 e 6 da Teoria geral, de questões relativas à oferta.⁴⁹ O enfoque baseado nas curvas de oferta e demanda agregadas – que os pós-keynesianos, com grande empenho, lutam por preservar – é também, de forma geral, extremamente lacônico no que concerne às condições da oferta; quando resolve não ser lacônico, torna-se questionável, pois busca fundamentar a curva de oferta sobre a hipótese de concorrência perfeita (ou algo parecido, como o *polipólio* de Victoria Chick).

demanda, i.e., as forças que *bem rapidamente* são descobertas pelo processo de mercado; não estou muito interessado no *breve* período intermediário durante o qual o processo de mercado está *descobrendo* os fatos" (XIV:27; grifos meus). Acredito ser preferível supor, à moda de Shackle, que o ponto de demanda efetiva é criado, e não propriamente "descoberto".

(47) Para Kregel, o caráter convergente do processo de tentativa e erro é essencialmente um instrumento analítico; porém, ele reconhece que "Keynes parecia acreditar que não se estava muito distante da realidade ao supor que o sistema podia deslocar-se ao longo das curvas de oferta e demanda agregadas *tateando* (*groping*) em busca do ponto de demanda efetiva sem que as curvas mudassem devido a uma mudança nas expectativas" (Kregel, 1976:224; grifo meu). O verbo "*to grope*" expressa de forma precisa o significado do processo descrito: trata-se realmente da versão keynesiana do *tâtonnement* de Walras.

(48) Eis aqui outra possível consequência dessa "confiança": Keynes afirma "ter explicado o que determina o volume de emprego a *qualquer* momento" (1936:313, grifo meu). Para que isso faça sentido, é necessário supor que eventuais desvios do nível de emprego em relação ao nível de equilíbrio são irrelevantes (ver Asimakopulos, 1991:5).

(49) No capítulo 5, Keynes sugere que as expectativas de curto prazo são formadas por algum tipo de processo adaptativo. No início do livro III, a relevância de maiores discussões sobre a oferta é mais uma vez descartada: a função de oferta agregada, "que no principal depende das condições físicas de oferta (sic), envolve poucas considerações que não sejam já familiares" (1936:89; podemos encontrar já no institucionalista Alan Gruchy, 1949, alguns reparos ao tratamento dispensado por Keynes à questão da oferta). Ora, a especificação das "condições físicas" é somente um aspecto de uma caracterização mais completa das estruturas de mercado e estratégias concorrenciais. O desdém para com as questões microeconômicas, tratado anteriormente, manifesta-se aqui (seria muito injusto afirmar que, em Keynes, as firmas operam em condições de "certeza processual"? Dosi & Egidi, 1991:149). Na maior parte dos mercados, temos, com as curvas de custos e a curva de demanda esperada, uma especificação ainda *incompleta* dos elementos necessários à decisão de produzir – a menos que se abstraia completamente a existência de um elemento *estratégico* (o que só faz sentido, salvo engano, em mercados atomizados). O horizonte temporal das decisões de produzir não se restringe ao âmbito do período de produção corrente, mas estende-se muito além; as decisões de produzir são influenciadas também por uma estratégia assentada sobre *expectativas de longo prazo* (que podem ser vistas como a *atualização* daquelas expectativas de longo prazo nas quais baseou-se, no passado, a decisão de investir). Mudanças nas estratégias são uma fonte de instabilidade potencial das decisões de produzir (ver, a respeito, Silva, 1994:II, cap. 3 e 4). A forma como são contabilizados os custos é um dos elementos dessa estratégia; como se sabe, isso é particularmente importante em economias inflacionárias.

Nos textos preparatórios à Teoria geral, ao tratar da determinação do emprego agregado, Keynes viu-se às voltas com “uma geringonça de fórmulas de processos de todos os tipos de extensão, conforme fatores técnicos” (XIV:180). Na Teoria geral, o nó górdio foi abstraído; não foi “resolvido” por um golpe certo (e muito menos desatado). O ponto de demanda efetiva sintetiza (“colapsa”) grande número de processos; é um artefato construído para permitir que muitas coisas sejam mostradas (e, de certa forma, ocorram de uma só vez), prestando-se a duvidosas análises de estática comparativa.

Segundo Keynes, as “forças que determinam a posição de equilíbrio” não são nem imutáveis nem “violentamente instáveis” (1936:249). As variáveis independentes referidas no capítulo 18 estão sujeitas a mudanças, mudando com elas o ponto de demanda efetiva. Parece que, para Keynes, tais mudanças não são suficientemente frequentes para impedir a convergência ao equilíbrio de curto prazo. Porém, de um lado, tendem a impedir que a economia alcance o “emprego de longo prazo” (1936:48; ver Asimakopulos, 1991); de outro, implicam que a teoria econômica é incapaz de prever a tendência (para um “período longo”) da economia: “uma posição final de equilíbrio não existe propriamente” (XXIX:222).⁵⁰

Até aqui, limitei-me a uma tentativa de reconstituir o tratamento dispensado por Keynes à estabilidade do ponto de demanda efetiva. Nos próximos parágrafos, procuro, a partir da reflexão de Vercelli, explicar (contrariando esta última) por que razão, a meu ver, a estabilidade do ponto de demanda efetiva é uma hipótese problemática.

4.1. A interpretação de Vercelli

Hicks, como vimos anteriormente, preocupou-se com a dicotomia entre tempo e equilíbrio na Teoria geral. Já em Vercelli (1983; 1991), a questão é tratada com base nos conceitos de instabilidade/estabilidade dinâmica ou estrutural. Os dois conceitos dizem respeito à reação do sistema em face de uma perturbação (endógena ou exógena). Estabilidade e instabilidade *dinâmicas* dizem respeito à “convergência (ou divergência) do comportamento de um sistema perturbado em direção ao (ou saindo do) equilíbrio” (1983: 281). Por exemplo: se a propensão marginal a consumir da comunidade é menor do que 1, qualquer alteração na renda determinará um processo dinamicamente estável, de convergência a um novo nível de renda de equilíbrio.

(50) Ver Carvalho (1990), sobre a diferença entre “*long run*” e “*long period*”.

Estabilidade e instabilidade *estruturais* descrevem o efeito de uma perturbação sobre a conformação estrutural do sistema. Num sistema estruturalmente instável, perturbações (de um certo tamanho) produzem alterações “descontínuas” na “estrutura funcional” do sistema, o que deve alterar as propriedades dos possíveis estados de equilíbrio. Por exemplo: se a propensão marginal a consumir da comunidade for “muito” próxima de 1, um “pequeno” aumento nesse valor poderá transformar um sistema que respondia de forma amortecida a variações autônomas do gasto num sistema explosivo (1983:301-2).

Segundo Vercelli, as menções de Keynes à instabilidade do capitalismo, interpretadas erroneamente – como indicações de que o capitalismo seria *dinamicamente* instável – por autores como Minsky (Vercelli, 1983:282; 1991:228), puderam ser descartadas com facilidade pelo *mainstream*: “Além de certos limites, ... não se pode insistir na instabilidade dinâmica do capitalismo sem cair numa clara contradição com os fatos” (1991:225). Vejamos o que Minsky (1975:61) tem a dizer sobre o equilíbrio em Keynes: “Cada referência de Keynes a um equilíbrio é mais bem interpretada como uma referência a um conjunto transitório de variáveis sistêmicas em direção ao qual o sistema está tendendo; mas, em contraste com Marshall, à medida que a economia se move em direção a este conjunto de variáveis sistêmicas, ocorrem mudanças endogenamente determinadas que afetam o conjunto de variáveis sistêmicas em direção às quais a economia tende. A analogia é com um alvo móvel, que nunca é obtido senão durante um breve instante, se tanto. Cada estado, seja ele de *boom*, crise, deflação de débitos, estagnação ou expansão é transitório. Durante cada equilíbrio de curto prazo, na visão de Keynes, há em ação processos que irão ‘desequilibrar’ o sistema. Não só a estabilidade é um objetivo inatingível; sempre que algo próximo a ela é obtido, processos de desestabilização são deflagrados”. As duas últimas frases são citadas por Vercelli (1983:282) como uma evidência de que, para Minsky, o sistema capitalista é “dinamicamente instável”. A interpretação é discutível. Minsky certamente não está afirmando que o sistema seja propenso a flutuações explosivas. Admite, além disso, a possibilidade de períodos de “estagnação”. Onde está a instabilidade dinâmica?⁵¹

Para tentar compreender Vercelli, é necessário reconstituir brevemente alguns dos traços de sua visão sobre a teoria keynesiana. Segundo ele, cada

(51) A descrição do ciclo, em Minsky, lança mão de fatores como mudanças na preferência pela liquidez dos agentes, na maneira como avaliam o risco associado ao grau de endividamento, inovações financeiras, etc. Trata-se de mudanças estruturais, que alteram os coeficientes da "estrutura funcional" do sistema. Independentemente de qualquer julgamento acerca da contribuição de Minsky à teoria das flutuações, causa espécie a hipótese de que seja possível descrevê-la como uma tentativa irrealista de tratar o capitalismo como um sistema dinamicamente instável.

elemento (cada nível de emprego) pertencente ao “conjunto de equilíbrios admissíveis (equilíbrio de pleno emprego e equilíbrios com desemprego) pode ser considerado em si mesmo um equilíbrio dinamicamente estável” (1983:283; cf. também 1991:208). Voltemos agora ao ponto de demanda efetiva. Quando as expectativas dos empresários são frustradas, “um processo de revisão das expectativas irá começar, causando uma rápida convergência do equilíbrio diário (Vercelli, como já mencionado, adota a interpretação de Casarosa) em direção ao equilíbrio de curto prazo. Como no curto prazo podemos supor que a curva de oferta é invariante, o emprego é crucialmente determinado nesse caso pela função de dispêndio agregado” (1991:181). Por outro lado, afirma-se: “O equilíbrio econômico, como reconstruído no modelo heurístico de Keynes, não envolve qualquer tendência dinâmica endógena quando atinge um equilíbrio com desemprego. Em outras palavras, naquela situação não há um mecanismo de ajustamento endógeno que possa trazer a economia de volta a um equilíbrio de pleno-emprego” (1991:226).

Na primeira frase dessa passagem, Vercelli parece negar a idéia de que cada estado do sistema “carregue em seu próprio bojo as sementes de sua transformação”.... Torna-se fácil compreender, nesse caso, a razão da censura a Minsky, que parece apostar numa representação, digamos, “dialética” do processo econômico. Se a persistência no tempo de um determinado ponto de demanda efetiva é realmente levada a sério, as razões da passagem de um estado de equilíbrio a outro devem ser buscadas em outro lugar (por exemplo, em alterações na política econômica).

Em seu livro, Vercelli afirma enfaticamente que o desemprego involuntário em Keynes deve ser caracterizado como um estado de equilíbrio (estado esse caracterizado com base num conceito dinâmico e não-sintático de equilíbrio). O autor (1991:15) critica a noção de equilíbrio empregada por Patinkin, a qual implica que “nada muda no sistema”. Pode haver “processos dinâmicos queenvolvam variáveis distintas das variáveis de estado, cuja influência sobre as últimas monte a zero, devido à compensação recíproca” (loc. cit.). A idéia de que, no equilíbrio com desemprego de Keynes, não haja “qualquer tendência dinâmica endógena”, ou, mais precisamente, qualquer dinâmica relevante à determinação das variáveis de estado (emprego e salários reais), não pode ser considerada uma interpretação satisfatória da Teoria geral. Em alguns trechos, Keynes sugere realmente que uma redução dos salários nominais tenha como única conseqüência uma redução proporcional nos preços. Para a maior parte dos neoclássicos, trata-se – ainda hoje – de uma proposição chocante. E é disso mesmo que se trata – de uma proposição destinada a chocar. Keynes apenas salienta um dos possíveis resultados. Mas é evidente que seu modelo teórico não é capaz de mostrar que esse resultado seja mais ou menos

provável. Na maior parte do capítulo 19, Keynes mostra que, frente à redução dos salários nominais, o sistema pode ir, em princípio, para qualquer lugar; embora possa adotar uma trajetória favorável (regida pelo que viria a ser denominado efeito-Keynes), é plausível que os resultados sejam perversos, isto é, que haja uma queda no nível de emprego. Keynes não deixa claro se a teoria econômica poderá desenvolver-se a ponto de fazer previsões mais acuradas (e, no capítulo 22, limita-se a enunciar algumas explicações possíveis para as trajetórias cíclicas exibidas pela economia capitalista). Desta forma, parece precário presumir a ausência (ou a irrelevância) de dinâmica endógena quando o sistema se encontra sobre um ponto de demanda efetiva com desemprego involuntário.

Analogamente, acredito que a Teoria geral não fornece elementos suficientes para que se possa presumir que cada ponto de demanda efetiva seja dinamicamente estável, se isto for entendido como uma razão para deixar completamente de lado a análise da dinâmica de curto prazo, bem como um tratamento mais detalhado de questões (de “curto prazo”) relacionadas à oferta. Como lembra Vercelli (1991:40), para que o conceito de estabilidade dinâmica seja “realmente útil”, a área de estabilidade deve ser “bastante pequena” e a “velocidade de penetração bastante elevada”. No caso, é necessário que o sistema tenda “rapidamente” para aquele ponto no qual a curva de dispêndio agregado cruza a curva de oferta agregada (e, para isso, é necessário que a curva de demanda agregada – que expressa as expectativas de curto prazo – desloque-se “rapidamente”).

Creio não ser injusto imputar a Vercelli a idéia de que, dada a hipótese de estabilidade dinâmica, as condições para um “uso correto da estática comparativa” estão garantidas, ao menos no que concerne ao tema da determinação do equilíbrio com desemprego. Segundo ele, além de estabilidade dinâmica e rapidez de convergência,⁵² requer-se ausência de *path-dependence* e de indeterminação (1991:32).

Até que ponto é lícito presumir que essas condições são todas atendidas? O tempo necessário ao esgotamento do efeito-multiplicador não pode ser previsto teoricamente (e há bons motivos para esperar que varie).⁵³ Uma mesma variação

(52) "Mesmo se o equilíbrio fosse estável, a estática comparativa teria pouco significado se a convergência para o equilíbrio, após uma mudança em um ou mais parâmetros, não fosse rápida o suficiente para justificar a hipótese de que o sistema estaria suficientemente próximo do equilíbrio antes que houvesse uma nova mudança nos parâmetros" (Vercelli, 1991:32).

(53) A função investimento tende a deslocar-se, com a passagem do tempo, por motivos que podem ser menos dramáticos do que alterações nas convenções e no grau de confiança. Muito mais do que o consumo, o investimento é não-repetitivo, no sentido de que, enquanto "duas missas de réquiem valem o dobro de uma, o mesmo não se aplica a duas ferrovias ligando Londres a York" (1936:97). À medida que os projetos vão sendo implementados, abrem-se "brechas" na "escala agregada da eficiência marginal do capital"; só por acaso esses

no gasto autônomo pode deflagrar trajetórias muito distintas (por exemplo, conforme o grau em que as variações na demanda tenham sido e venham a ser previstas pelos empresários; ver o próximo item, como também Silva, 1994:II/6). A frustração das expectativas de curto prazo, ao aumentar os estoques, pode provocar variações na curva de oferta dos empresários (para cada nível de demanda esperada, a produção torna-se menor); reduções nas compras de matérias-primas, *ceteris paribus*, deslocam a curva de dispêndio agregado. Uma coisa é rejeitar as explicações – como as de Hawtrey e dos suecos – do desemprego involuntário como resultado dos erros dos empresários na formulação de suas expectativas de curto prazo. Outra, bem diferente, é pressupor que a questão da frustração dessas expectativas seja completamente irrelevante para a análise dinâmica.

A hipótese da estabilidade dinâmica, tal como tratada por Vercelli, coaduna-se, acredito, com a maneira como define o que seria a “tarefa principal” de um programa de pesquisa centrado em Keynes e Schumpeter: libertar o primeiro da “camisa-de-força do curto prazo”, desenvolvendo uma teoria voltada a explicar “a evolução da curva de oferta agregada como conseqüência da introdução e difusão do progresso técnico, e de outras mudanças nos parâmetros descrevendo a estrutura econômica (por exemplo, preferências) e o ambiente (não apenas regras de política mas também a estrutura institucional e o ambiente ecológico” (1991:213).⁵⁴

Vercelli e muitos pós-keynesianos demonstram enorme preocupação com a natureza do ponto de demanda efetiva. Para eles, é imprescindível mostrar que se trata de um equilíbrio digno desse nome, estável e perfeitamente definido para uma dada configuração das variáveis independentes. A meu ver, isso é levar demasiadamente a sério um artefato heurístico, construído de forma precária (e confusa). Parece-me preferível representar o ponto como um *profit-equilibrium* (como escreve Keynes em umas poucas passagens, por exemplo, 1936:xxxiii) virtual, *ex ante*, instável – se alcançado, não se pode esperar que perdure; não alcançado, seguem-se processos dinâmicos cujas trajetórias o modelo da Teoria geral não é capaz de prever.

projetos serão substituídos por projetos com custo e rentabilidade esperada idênticos aos anteriores (condição necessária a que a função investimento permaneça no mesmo lugar).

(54) A questão da oferta resume-se, no curto prazo, às condições técnicas dadas e às expectativas de curto prazo. Não há lugar para questões relativas às estratégias concorrenciais adotadas pelas empresas, estratégias essas que podem variar independentemente da questão tecnológica e das decisões de investir das empresas.

As concessões à estática comparativa, porém, parecem deflagrar trajetórias teóricas bem mais previsíveis. Nos próximos itens, continuo a tratar desse tema.

5. Mais equilíbrio: o investimento e o multiplicador

O objetivo deste item é discutir o modo como Keynes aborda a determinação do investimento e do consumo agregados. Se adotarmos a “ordem inversa” sugerida no capítulo 18 da Teoria geral, deveremos começar pelo investimento.

A percepção do investimento como “*causa causans*” (Keynes, 1937a:121) e a inserção da decisão de investir no âmbito mais amplo das decisões de aplicação de capital em condições de incerteza são duas das contribuições mais notáveis de Keynes.⁵⁵ No capítulo 11, a determinação do investimento é apresentada de forma extremamente simplificada: o preço de oferta dos equipamentos, o estado das expectativas de longo prazo e a taxa de juros são as condições suficientes. Além dos ativos de capital fixo, dos títulos de dívida e do dinheiro, nenhum outro ativo está presente. “Dado” o investimento, é possível analisar o efeito-multiplicador; dada a função consumo, a renda agregada é também determinada. Tudo se passa como se houvesse um “período de investimento”, ao cabo do qual o “período do multiplicador” tem início. Descrito dessa forma, o modelo é idêntico à versão “bastarda” da reta de 45 graus.⁵⁶

Uma abordagem muito mais sofisticada pode ser construída a partir dos capítulos 12 e 17, nos quais é possível encontrar os fundamentos de uma teoria das decisões de portfólio em condições de incerteza. Contudo, os resultados de Keynes são, a meu ver, prejudicados por uma certa “ansiedade agregativa”.⁵⁷ Realizada a discussão sobre a incerteza e sobre os atributos dos ativos, Keynes procura deslocar, o quanto antes, a análise para o âmbito dos processos de mercado e para a determinação do investimento agregado. Nesse sentido, procura mostrar que as decisões dos possuidores de riqueza com relação à compra de ativos de capital provocam mudanças em seus *preços de mercado*⁵⁸ até que, do

(55) No capítulo 7, o investimento é definido como o “incremento do equipamento de capital, seja ele capital fixo, circulante ou líquido”. Desse ponto em diante, Keynes parece tratar somente do investimento em capital fixo, ainda que o termo “investimento” seja por vezes utilizado num sentido mais amplo – no capítulo 12, por exemplo, inclui a compra de ações (Kahn, 1984:150). O investimento em estoques só reaparece no capítulo sobre o ciclo econômico.

(56) Hicks (1937) sugere, erroneamente, que o caso keynesiano típico é aquele em que a economia está na armadilha da liquidez, o que possibilita que a taxa de juros permaneça constante em face do aumento da renda.

(57) Que perpassa, aliás, toda a Teoria geral, a começar pela formulação do princípio da demanda efetiva.

(58) “Se houver um aumento do investimento em qualquer dado tipo de capital durante um período de tempo qualquer, a eficiência marginal desse tipo de capital irá diminuir enquanto o investimento nele aumenta ... em parte porque, em regra, a pressão sobre as fábricas produtoras ... fará com que o preço de oferta aumente”. Este, segundo Keynes, é “o fator mais importante para estabelecer o equilíbrio no curto prazo”; a queda no rendimento prospectivo torna-se mais importante “quanto mais longo o período em vista”. Portanto,

ponto de vista do “investidor marginal”, inexistia qualquer ativo com uma eficiência marginal superior à taxa de juros. Quando isso ocorre, constitui-se um conjunto de preços relativos *de mercado* dos vários ativos ao qual *todos* os aplicadores estão satisfeitos com a composição de seus respectivos portfólios; *todos* os aplicadores terão tomados suas decisões; o período de investimento estará encerrado.⁵⁹

Temos, então, o tão conhecido experimento conceitual do multiplicador. Todos conhecemos a “estória”,⁶⁰ tal como tradicionalmente narrada, de uma a outra geração de manuais de macroeconomia: a comunidade se acha inicialmente sobre um ponto da função consumo; ocorre uma variação autônoma do gasto, por exemplo, do investimento; a variação da renda será, *ceteris paribus*, o produto da variação no gasto por $1/1-c$. Não há, propriamente, transcurso do tempo enquanto o processo se desenvolve: discutir o que sucede até que (e *para que...*) se obtenha o “resultado final” não pode ser importante, se o resultado final é conhecido de antemão. O período macroeconômico conclui com o esgotamento do efeito-multiplicador.

Recomeçamos a seqüência. Parece-me que Keynes fica aquém do necessário a uma aproximação rigorosa ao tema da decisão individual de aplicar; simultaneamente, vai além do que seria prudente no que tange à determinação do investimento agregado. A meu ver, uma teoria completa do portfólio deveria explicitar, em primeiro lugar, a forma pela qual o agente define a composição desejada de seu portfólio, isto é, a composição à qual o agente maximiza os rendimentos esperados (entre os quais se inclui o prêmio de liquidez). Trata-se, aqui, de um processo *mental* (que leva em consideração, entre outros fatores, as expectativas do aplicador quanto às decisões que estão sendo e serão tomadas por outros agentes) e não de um processo *de mercado*. As decisões de aplicar refletirão os retornos esperados dos ativos (inclusive o prêmio de liquidez), seus preços de mercado (já conhecidos ou simplesmente esperados) e um fator

para que esse “equilíbrio” seja atingido, a teoria requer a passagem do tempo e a realização de operações de mercado. O procedimento adotado por Keynes deixa na sombra uma parte importante da teoria do portfólio: como, num dado momento do tempo – logo, com preços dos vários ativos de mercado dados (ou dada a expectativa quanto a seu preço no momento da compra) – um agente qualquer define a composição de seu portfólio?

(59) “O equilíbrio requer que os preços de diferentes tipos de ativos movam-se até que suas eficiências marginais sejam iguais (Keynes, 1937a:107). “Claramente em equilíbrio, estas alternativas [empréstimo de dinheiro ou comprar algum tipo de ativo de capital] devem apresentar uma vantagem idêntica ao investidor marginal em cada uma. Isto é causado por mudanças nos preços nominais dos ativos de capital em relação aos preços dos empréstimos de dinheiro. Os preços dos ativos de capital se movem até que eles ofereçam uma vantagem aparentemente igual ao investidor marginal que oscila entre um e outro tipo de investimento” (Keynes, 1937b:117).

(60) Talvez seja conveniente reintroduzir na língua portuguesa este anglicismo...

complexo de risco e incerteza, que resulta de uma composição de fatores salientados por Keynes e por Kalecki.⁶¹ Na margem, quando o processo de cálculo se conclui, o aplicador é indiferente aos vários ativos; para *cada* aplicador, constitui-se um conjunto de “preços relativos *de demanda*” (logo, subjetivos e instáveis), consistente com a composição desejada do portfólio. Um segundo passo consistiria em discutir de que forma se dá a interação dos vários aplicadores; na tentativa de efetivar os portfólios desejados, os agentes deflagram processos de mercado que repercutem sobre os fluxos de renda, os preços, o estoque de informações e as expectativas; planos são frustrados (por exemplo, se um agente não consegue comprar o ativo ao preço por ele esperado), alteram-se decisões anteriormente tomadas. Ao longo desse processo, decisões individuais de agentes que interagem no mercado definem o investimento agregado.

No mundo real, a igualdade entre as eficiências marginais nunca é alcançada: a concorrência intercapitalista é um processo de “destruição criadora” no qual assimetrias entre os agentes emergem continuamente,⁶² a possível conquista de um certo equilíbrio por parte de um agente freqüentemente coloca outros agentes em desequilíbrio. Entretanto, a teoria econômica, na maior parte de suas vertentes, insiste em privilegiar a descrição de estados em que as assimetrias foram eliminadas, quando não postula a predominância das tendências de ajustamento geradas pelos processos concorrenciais. Cabe perguntar se a teoria econômica não poderia abrir mão desse procedimento de “ficção científica”, possivelmente inadequado a um mundo econômico não-ergódico.

A abordagem do multiplicador suscita questões semelhantes. De acordo com Keynes, o multiplicador “estabelece uma relação precisa entre emprego agregado e renda e a taxa de investimento” (1936:113). Porém, talvez essa relação seja demasiadamente precisa. É possível realizar uma leitura do multiplicador

(61) É necessário, de um lado, contemplar as dúvidas do aplicador quanto “à probabilidade de realmente obter o retorno prospectivo que espera” (1936:144); no capítulo 17, o conceito de risco parece estar referido ao grau de confiança nas expectativas (1936:240). De outro lado, o “princípio do risco crescente” de Kalecki pode ser generalizado (uma vez que foi concebido como algo pertinente apenas às decisões de investimento em capital fixo): o preço de demanda (ou a eficiência marginal) de um ativo não é independente da quantidade do mesmo ativo (ou de ativos semelhantes) já existente no portfólio. No caso dos ativos instrumentais, uma quantidade crescente implica, pelo menos a partir de certo ponto, uma queda nas quase-rendas esperadas, em virtude das limitações impostas pela limitação dos mercados. De forma geral, dado o grau de confiança nas expectativas, o aumento da ponderação de um ativo no portfólio implica um risco crescente de perda de capital na hipótese de que as expectativas sejam frustradas. Por fim, em alguns casos, operações vultosas com um ativo podem gerar flutuações indesejadas em seus preços de mercado. Estes elementos permitem sugerir que o cálculo de portfólio é regido por um “princípio de rentabilidade esperada decrescente dos ativos” (ver Possas, 1987; Licha, 1991 e Silva, 1994:II, cap. 8 e 9).

(62) Mas há uma razão ainda mais simples: no mundo real o tempo é histórico; na teoria do portfólio de Keynes, trata-se de tempo lógico – todos os processos que possam perturbar a obtenção dos resultados previstos pela estática comparativa são abstraídos.

que, preocupada com a explicitação das condições microeconômicas que determinam sua dinâmica, mantenha-se ao largo do método da estática comparativa. O transcurso do efeito no tempo depende, antes de mais nada, de quais sejam os setores afetados pela variação na demanda, e de como as decisões decorrentes dessa variação transmitam-se ao longo dos vários elos das cadeias produtivas afetadas; envolve, portanto, a modificação das expectativas de curto prazo e a inter-relação de grande número de decisões individualmente tomadas pelas empresas (e pelos consumidores), provavelmente ao longo de vários períodos de produção. A trajetória deflagrada por uma alteração no dispêndio autônomo variará, no que toca à velocidade do processo e à forma como o efeito se distribui entre preços e quantidades (Hicks, 1974), em função de diferenças quanto:

- às propensões marginais a consumir dos agentes envolvidos e à distribuição da renda entre eles;
- ao nível de estoques e à opinião dos empresários sobre a adequação desses estoques em face da conjuntura vigente;
- ao grau de correção das expectativas de curto prazo ao longo das cadeias produtivas afetadas;
- ao efeito que as variações da demanda exercem sobre as expectativas e as decisões empresariais;
- à sensibilidade dos preços a variações da demanda nos vários mercados *flex*, na conjuntura vigente;
- ao interesse e à capacidade de produtores que operam em mercados *fix* em repassar à frente alterações nos custos;
- à extensão dos períodos de produção envolvidos no processo.

Independentemente de quaisquer críticas ao enfoque simplista das decisões de consumir, adotado na Teoria geral (ver as observações de Keynes em 1937b), os fatores microeconômicos acima mencionados permitem questionar o emprego habitual do multiplicador na determinação da renda agregada. Não há como estabelecer, de forma teórica e geral, o impacto de uma variação autônoma do gasto sobre preços e quantidades, e tampouco o período de tempo necessário ao transcurso do efeito-multiplicador (Possas, 1987:88).⁶³ Evidentemente, o processo de ajuste entre consumo e renda – constituído por um conjunto de efeitos-multiplicadores mais ou menos simultâneos – está sempre ocorrendo: não começa, não termina; mas, pior do que isto, nunca é o mesmo. No capítulo 10 da Teoria geral há algumas observações sumárias sobre a dinâmica do multiplicador;

(63) Se, por definição, o período macroeconômico encerra-se juntamente com o "período do multiplicador", então, provavelmente, os períodos macroeconômicos serão diferentes uns dos outros...

nos manuais, esta dinâmica resume-se à inapelável sucessão de etapas de uma progressão geométrica infinita de razão menor do que 1.

A definição teórica do período contábil equívale a situar a teoria da determinação da renda agregada no âmbito da estática comparativa; equívale a saltar diretamente do tema da *existência* do equilíbrio para o da *convergência* do sistema àquela condição.⁶⁴ Da existência à convergência há um abismo, e o salto mortal entre uma e outra não é normalmente *demonstrado*, mas *pressuposto* pelos economistas (não apenas pelos neoclássicos); desse ponto de vista, Keynes não foi uma exceção.⁶⁵

5.1. Uma nota sobre o modelo IS-LM

Seria interessante, em outro momento, reconstituir a “fortuna crítica” do modelo IS-LM,⁶⁶ especialmente no que se refere aos membros da escola pós-keynesiana. Limito-me aqui a salientar a opinião de Minsky: “A estrutura simples do modelo IS-LM viola a complexidade do processo de determinação do investimento, tal como discernido por Keynes” (Minsky, 1975:36).

A afirmação parece-me correta. Porém, pode-se afirmar que, em certa medida, o simplismo do modelo IS-LM reflete aquele presente em muitas partes da Teoria geral. Por exemplo, no que se refere ao tratamento da composição do portfólio.

No modelo IS-LM, Hicks explicita apenas três tipos de ativos: bens de investimento, títulos de dívida e dinheiro. De fato, trata-se de uma aproximação simplificada – tal como aquela feita nos capítulos 11 e 18 da Teoria geral; o procedimento mediante o qual Keynes (1936:136) constrói a curva de eficiência marginal do capital, agregando as curvas relativas aos vários tipos de ativos, é tudo menos “complexo”. Por outro lado, a inter-relação entre as estruturas ativa e

(64) A incorporação dos fatores microeconômicos de dinâmica à análise impõe o emprego de uma definição puramente arbitrária do período macroeconômico; na tautologia contábil $I + C = Y$, só por acaso será possível representar o consumo agregado por seu valor de equilíbrio com a renda, tal como determinado pela função consumo. A “estória” fundada na associação entre período macroeconômico e multiplicador pode até continuar sendo utilizada como instrumento didático, se os estudantes forem informados do contexto histórico em que surge tal concepção, bem como dos motivos pelos quais ela só provê um simulacro grosseiro da dinâmica da determinação da renda (contaminando, nesse sentido, os modelos baseados na interação multiplicador/acelerador).

(65) Joan Robinson (1962:78) afirma que o “conceito de equilíbrio é uma ferramenta indispensável à análise”. Talvez seja. Porém, a meu ver, devido à “irresistível atração exercida pelo conceito”, é muito difícil “mantê-lo em seu lugar”, que é (ou deveria ser) “estritamente nas etapas preliminares de um argumento analítico”.

(66) Para uma descrição quase insuportavelmente detalhada da origem do modelo IS-LM, ver Young (1987).

passiva dos portfólios, cuja importância é realçada por Minsky, é sem dúvida uma das pedras de toque de uma visão keynesiana bem fundamentada. Está, de fato, ausente do modelo IS-LM – mas também, em larga medida, da própria Teoria geral.⁶⁷

Outro problema é o que diz respeito à interdependência entre as condições de determinação do equilíbrio no mercado de bens e no mercado monetário (Robinson, 1971; Davidson, 1972). Uma alteração nas expectativas de longo prazo pode, simultaneamente, alterar a preferência pela liquidez. Se a função investimento e a função demanda por moeda são interdependentes, o modelo IS-LM fica, em princípio, indeterminado. É certo, porém, que o próprio Keynes não se deteve na análise dessa questão; significativamente, o tema da interdependência é sublinhado apenas no capítulo sobre o ciclo econômico, em meio à discussão acerca das consequências de um “colapso na eficiência marginal do capital” (1936:316; ver também Keynes, 1937c:118).⁶⁸

Numa perspectiva distinta, Pasinetti (1974) atribui à possibilidade de causalção recíproca entre investimento e taxa de juros o pecado mortal do modelo IS-LM.⁶⁹ Fosse este o ponto, seria possível considerar o capítulo 18 da Teoria geral uma descrição literária rigorosa (e *avant la lettre*) do modelo IS-LM (ainda mais completa, visto não supor preços dados). Se o modelo “literário” do capítulo 18 for articulado analiticamente ao modelo das curvas de oferta e demanda agregadas do capítulo 3, o resultado mostrará uma semelhança não desprezível com o modelo IS-LM. Segundo Keynes, a “posição final de equilíbrio” será afetada pelas repercussões do investimento sobre a renda, o emprego e os preços, logo sobre a demanda por moeda e a taxa de juros, a qual (presume-se) poderá exercer algum efeito sobre o investimento (1936:249).

Tanto na Teoria geral quanto no modelo IS-LM, o período macroeconômico está balizado pelo multiplicador. Ambos os modelos definem as condições de existência do equilíbrio com desemprego involuntário;⁷⁰ em ambos,

(67) Minsky (1975:117) cita, a esse respeito, um trecho de *"The consequences to the banks of the collapse of money value"*, de 1931.

(68) A hipótese de moeda exógena, adotada no modelo, não é rejeitada por Keynes na Teoria geral. Aliás, uma menção mais explícita à possibilidade de que a moeda seja endógena pode ser encontrada em Hicks (1937:113); ver também Hicks (1980-1:150). Pode-se argumentar, ainda, que Hicks considera os preços dados; porém, não é difícil incorporar ao modelo IS-LM preços determinados de acordo com as teorias neoclássicas de concorrência perfeita e monopólio (ver Davidson & Smolensky, 1964). Tampouco é impossível analisar deslocamentos na curva LM devidos ao *finance-motive*.

(69) Segundo Pasinetti, o que "a teoria (da demanda efetiva) requer, no que diz respeito à taxa de juros, não é que a taxa de juros seja determinada pela preferência pela liquidez, mas que seja determinada *exogenamente*, com relação ao processo de geração de renda" (Pasinetti, 1974:57). Mas isso, evidentemente, não é o que Keynes propõe no capítulo 18.

(70) Não me parece defensável a idéia de que Hicks estivesse "implicitamente supondo que a economia gravita em torno de um nível único de renda de pleno emprego". Minsky (1986:130).

a determinação da renda é fundada sobre o pressuposto da convergência ao equilíbrio.⁷¹ E pressupor a convergência equivale a (pelo menos) minimizar a importância de processos que ocorrem no tempo (no limite, equivale a abstrair o próprio tempo). Keynes simplifica a dinâmica microeconômica das expectativas de curto prazo (Hicks, 1975:289) e das decisões de aplicar. O que ocorre *durante* o período macroeconômico interessa-lhe pouco: relevante é definir de forma precisa as condições em que este período *se encerra*.⁷²

Onde Keynes simplifica o tempo, Hicks prefere abstrai-lo. Não há (ao menos, não precisa haver)⁷³ tempo algum no modelo IS-LM. A noção de determinação simultânea suprime a de processo.⁷⁴ E mais, ao converter em parâmetros as variáveis independentes destacadas por Keynes, a instabilidade das expectativas (que, justamente, faz do investimento a “*causa causans*”) fica em segundo plano, desfigurando a macroeconomia de Keynes naquilo que tem de mais essencial e inovador.

Independentemente das possíveis semelhanças com o modelo IS-LM,⁷⁵ é inegável que o *schematism* proporcionado por Keynes no capítulo 18 tem provado ser um guia muito útil para a “intuição prática” dos economistas. Isso, porém, não deveria representar um constrangimento à explicitação das hipóteses particulares sobre as quais é construído. Em vez de empreender esforços no sentido de superar

(71) Como lembra Leijonhufvud (1984:37), “como sucede a todas as construções de equilíbrio, o modelo IS-LM ignora a *seqüência* de eventos *dentro* do período”.

(72) É claro que, para Keynes, afirmar o caráter provável do equilíbrio com desemprego involuntário não é suficiente. Se a dinâmica “intra-período” macroeconômico é relegada a segundo plano, a dinâmica “inter-períodos” é essencial: a instabilidade das expectativas insere uma cunha entre um período e outro; só por acaso as forças de mercado produzirão a convergência da economia ao pleno emprego.

(73) Ver, a respeito, a tentativa do próprio Hicks (1980-1), em que alerta para a dificuldade de conciliar o equilíbrio no mercado de bens e o equilíbrio no mercado monetário: o primeiro é um equilíbrio de fluxo, cujo estabelecimento exige um “tempo” significativo (um “ano”). O segundo é um equilíbrio de estoque, que pode – e deve, no modelo IS-LM – se verificar a cada ponto do tempo.

(74) Parece-me que Pasinetti se equivocou ao identificar “causação recíproca” (entre investimento e taxa de juros) e “determinação simultânea”, mas acerta em cheio ao contrapor o procedimento metodológico de Keynes, baseado em relações de causalidade (que *não* estão ausentes do capítulo 18), ao procedimento walrasiano empregado no modelo IS-LM (Pasinetti, 1974:53; para observações no mesmo sentido, consulte-se Vercelli, 1991: 198-200)

(75) A possível conclusão de que o modelo IS-LM não é tão “bastardo” quanto muitos supõem (conclusão essa já sugerida pela correspondência entre Hicks e Keynes) tem ao menos a virtude de questionar a afirmação tão famosa quanto leviana de Samuelson (1946:326): “até a aparição dos modelos matemáticos de Meade, Lange, Hicks e Harrod, há razão para crer que o próprio Keynes não compreendia claramente sua própria análise”. De toda forma, concordo com a opinião de Greenwald & Stiglitz (1987:127): “É o caso de se lamentar que o sumário feito por Keynes no capítulo 18 ..., bem como a modelagem formal do pensamento de Keynes por muitos escritores posteriores, dependesse tanto de ferramentas neoclássicas e marshallianas que então, como agora, eram o estilo do dia. Um quadro muito mais rico emerge da Teoria geral tomada como um todo”. O artigo motivou uma resposta de Ambrosi (1989-90) que, embora sublinhe corretamente importantes diferenças entre Keynes e o modelo Arrow-Debreu, não chega a lidar com as limitações da análise de Keynes que são discutidas por Greenwald e Stiglitz.

as limitações da abordagem de Keynes, alguns daqueles que reivindicam sua herança preferem ater-se ao que “Keynes realmente disse”.⁷⁶ Porém, o próprio viés reformista de Keynes – o “ceticismo em face das instituições” – deveria ser uma fonte de inspiração; deveria ajudar-nos a admitir que, por suposto, sua teoria não pode ser “a melhor de todas as teorias possíveis”...

6. Do equilíbrio em Keynes ao equilíbrio na síntese neoclássica

É possível discernir pelos menos duas interpretações acerca do desemprego involuntário em Keynes:

- o desemprego involuntário corresponde a uma situação de equilíbrio de longo prazo do sistema. Evidentemente, há agentes que, racionados no mercado de trabalho, estão insatisfeitos. Porém, por algum motivo, as ações desses agentes são ineficazes para que o sistema atinja um equilíbrio com *market-clearing* em todos os mercados.
- o desemprego involuntário corresponde a algum momento do ciclo econômico. Não é possível, na ausência de uma teoria dinâmica, especificar a trajetória do sistema. A menção ao estado de equilíbrio deve ser tomada como uma simplificação analítica – a rigor, supérflua – adotada com o intuito de esclarecer que o surgimento de uma situação de desemprego involuntário independe de que os agentes cometam erros.

Os economistas da síntese neoclássica procuraram, de forma explícita, associar ao modelo macroeconômico keynesiano os procedimentos e as questões próprias ao walrasianismo.⁷⁷ Não por acaso, optaram por explorar, preferencialmente, a primeira interpretação.⁷⁸ Tobin (1941; 1947); Modigliani

(76) Creio que a literatura pós-keynesiana mostra um certo desequilíbrio: preocupa-se excessivamente com interpretar o significado, em detrimento de explorar a significância da contribuição de Keynes. Nas palavras de Gerrard (1991:287), “a significância da economia keynesiana depende de sua capacidade em fornecer uma compreensão acerca de como a economia realmente opera. A significância da economia keynesiana não depende de que seja a economia de Keynes. O que o próprio Keynes pensava é uma questão para historiadores do pensamento econômico, não para macroeconomistas. Isso não equivale a dizer que a interpretação é desimportante; pelo contrário. O ponto é que a utilidade de uma interpretação depende de sua capacidade em gerar uma melhor compreensão do comportamento econômico”.

(77) Em Hicks (1937), a influência do walrasianismo não é explícita. Já em Modigliani (1944); Patinkin (1948) e Samuelson (1946), o projeto é assumido com todas as letras; nesse último (1946:155), diga-se de passagem, de forma agressiva: “Talvez por ter sido exposto à economia jovem demais, ou talvez por ter alcançado a maturidade na esteira da influência paralisante de Marshall sobre a teoria econômica Keynes parece nunca ter sentido qualquer interesse genuíno na teoria do valor e da distribuição. É digno de nota que um cérebro tão ativo falhasse em fazer qualquer contribuição à teoria econômica”.

(78) Como entusiastas do conceito de equilíbrio, o mesmo fizeram, embora com intenções diferentes, os “neo-ricardianos-keynesianos”. Ver Bhattacharjea (1987), para uma apresentação sucinta do trabalho de exegese da Teoria geral por meio do qual os neoricardianos pretendem legitimar seu projeto.

(1944) e Patinkin (1948; 1949) pretendem verificar se Keynes havia ou não demonstrado – como supostamente pretendia fazer – a possível inexistência de um vetor de preços compatível com o equilíbrio geral (o que tornaria, nos termos de Patinkin, a economia capitalista “inconsistente”).⁷⁹

Para uma pergunta walrasiana, uma resposta walrasiana: sim, *existe* um vetor de preços positivos que garante o equilíbrio geral; logo, o desemprego involuntário, ainda que (eventualmente) duradouro, *não* representa um verdadeiro estado de equilíbrio.⁸⁰ Eis aqui a contribuição maior de Keynes, na interpretação da síntese neoclássica: um modelo reduzido; “*lowbrow general equilibrium theory*”, escreve Tobin (1986:349) – uma reprodução taquigráfica do desajeitado (“*cumbersome*”, escrevem de forma idêntica Modigliani e Patinkin) modelo walrasiano, mais adequada do que este à realização de exercícios triviais de estática comparativa (Tobin, 1985). Com o auxílio do instrumental keynesiano, Modigliani, Tobin, Patinkin e Samuelson – muito mais, diga-se, do que Hicks – envidam esforços no sentido de demonstrar que o equilíbrio geral ainda é o walrasiano. Em Modigliani, o efeito-Keynes; em Tobin, o efeito da queda do salário nominal sobre a escolha de técnicas,⁸¹ em Patinkin, o efeito-Pigou – argumentos que convergem para a conclusão final de que “*por definição*, um sistema com flexibilidade de preços não pode estar em equilíbrio se houver algum desemprego” (Patinkin, 1948:279).⁸² A armadilha da liquidez e a inelasticidade-juro do investimento são obstáculos superados pelo efeito-Pigou (o argumento de Tobin, que tampouco é afetado pelas elasticidades das curvas IS e LM, parece não

(79) "A Revolução keynesiana negou que a equação ($S = I$) precise ter sempre uma solução positiva para a taxa de juros, r , quando (a renda) está dada ao nível de pleno emprego *O equilíbrio perfeito em concorrência perfeita não é compatível em geral com o sistema da economia keynesiana*" (Klein, 1947:85, grifos no original).

(80) Já os neo-ricardianos responderão que, sim, o desemprego involuntário pode corresponder à posição de equilíbrio de longo prazo do sistema. Mas não parece que seus reparos à preferência pela liquidez e à eficiência marginal do capital sejam capazes de oferecer qualquer resistência significativa aos efeitos-riqueza que, na síntese neoclássica, reconduzem a economia ao pleno-emprego. Até mesmo porque o efeito-Pigou, por meio do qual a síntese se consolida, independe da elasticidade do investimento em relação à taxa de juros.

(81) "Um corte nos salários pode induzir a substituição de outros fatores por trabalho"; "o efeito de substituição só pode ser evitado supondo-se, como na Teoria geral, que o trabalho é o único fator variável". Tobin (1947:224). A título de curiosidade, destaque-se que, nesse artigo, Tobin critica Modigliani por haver desconsiderado a "evidência de que os juros jogam um papel insignificante nas decisões de investimento" (p. 218).

(82) Sem as reservas de Patinkin, às quais voltarei abaixo, a proposição de que sempre haverá um nível de preços suficientemente baixo para gerar o pleno emprego é infatigavelmente repetida por Friedman, em vários textos (por exemplo, 1959), em sua crítica ao que denomina a "falácia de Keynes" (a ausência do efeito-Pigou na Teoria geral). Kahn (1984) lembra, a respeito, a referência de Keynes ao efeito dos ganhos de capital sobre o consumo. Já Presley (1986), embora da opinião de que o efeito-riqueza foi omitido da Teoria geral, mostra que ele é contemplado em vários trabalhos anteriores de Keynes (e de Robertson).

ter causado maior impacto).⁸³ A inflexibilidade dos salários nominais volta a ser – como já se dava na teoria pré-keynesiana⁸⁴ – o único obstáculo ao pleno emprego.

Para definir estados de equilíbrio relativos a variáveis agregadas, é necessário abstrair, em larga medida, processos de interação entre aplicadores, produtores e consumidores. Porém, abstrair tais processos significa abrir mão de qualquer tentativa séria de demonstrar a convergência ao equilíbrio (o que não implica que a convergência seja necessariamente demonstrável mediante sua incorporação!). Determinar as condições de equilíbrio do sistema – e não explicar como ele se move (tendo ou não uma posição de equilíbrio como centro de gravidade) – continua sendo a tarefa principal da teoria econômica. Isso se aplica a Keynes, ao modelo IS-LM e à síntese neoclássica. Admitindo-se, sem maiores qualificações, a relevância de teorias centradas na especificação das condições de existência do equilíbrio, o equilíbrio de pleno emprego assegura então o direito a proclamar-se mais geral do que o “equilíbrio de longo prazo” (1936:cap. 5), uma vez que contempla a possibilidade de variações nos salários nominais.

Note-se que a síntese neoclássica, pelo menos na figura de Patinkin, é cuidadosa a ponto de caracterizar, claramente, o pleno emprego como um equilíbrio (teórico) de longo prazo (“*long-period*”) e não como um resultado a que o sistema necessariamente tenda no decorrer do tempo histórico (“*long run*”):

(83) Tobin (1947:220-1) realiza uma discussão interessante acerca do que denomina - com aspas no original - “ilusão monetária”. A explicação do comportamento “não racional” (mais uma vez, com aspas) por parte dos trabalhadores reside nos seguintes fatores: “salários monetários elevados são um resultado concreto e imediato da liderança dos sindicatos individuais”, ao passo que “o custo de vida é um fenômeno remoto, aparentemente fora do alcance do trabalho organizado”; “os assalariados têm obrigações fixadas em termos monetários”, que se tornam um ônus mais pesado quando caem salários e preços; “o trabalho pode ter expectativas inelásticas quanto aos preços”. “Trabalhadores com expectativas inelásticas em relação aos preços resistirão a cortes nos salários nominais, mesmo quando os preços estejam caindo, não apenas por temerem que os salários não aumentem novamente quando os preços aumentarem, mas também porque o aumento esperado no preço reduziria o valor real de sua poupança corrente”. Por fim, “o trabalho pode ser genuinamente ignorante acerca do curso dos preços ou ingenuamente enganado pela ‘ilusão monetária’”. Há, então, fatores “racionais” que induzem os trabalhadores a resistir à queda dos salários nominais. Agrega Tobin que os proprietários de outros fatores poderão ter razões ainda mais fortes – por exemplo, maiores compromissos fixados em dinheiro – para a adoção de comportamentos assemelhados.

(84) No artigo de 1937, Hicks não se preocupa com a discussão das condições que podem influenciar a reconstituição de uma situação de pleno emprego. Sua posição se torna mais clara na resenha do livro de Patinkin (*Money, interest and prices*). Hicks afirma que “a individualidade da teoria de Keynes” depende de “condições nas quais o mecanismo de preços não ‘funciona’”; mais especificamente, das “condições em que o mecanismo do juro não funciona” (Hicks, 1957-1967:143). A suposição de salários rígidos para baixo não representa “uma questão em torno à qual possa haver qualquer *contradição* teórica; trata-se do tipo de mudança na exposição da teoria que deveríamos fazer, todo o tempo, em resposta às alterações dos fatos” (Hicks, 1957-1967:147. Ver também, nesse sentido, Samuelson, 1963:342). Supondo-se que, no mundo clássico, a redução dos salários em face de uma situação de desemprego seja uma função do tempo decorrido – e não um resultado instantâneo – a diferença entre o modelo clássico e o keynesiano reduz-se à armadilha da liquidez. Na entrevista a Klamer (1983:127), Modigliani ainda insiste em que a “contribuição científica permanente” de Keynes é a “combinação entre rigidez de salários e a teoria da preferência pela liquidez”; a teoria da demanda efetiva é “a teoria de salários absolutamente rígidos”.

“... no mundo real dinâmico em que vivemos, a flexibilidade de preços com um estoque constante de dinheiro poderia gerar o pleno emprego apenas após um longo período; ou poderia mesmo conduzir a uma espiral deflacionária de desemprego contínuo” (Patinkin, 1948:278).

“A existência de uma posição de equilíbrio consistente para o sistema estático é uma condição necessária mas não suficiente para a eliminação da ação involuntária dentro da economia em certos casos pode ocorrer que, devidos a fatores expectacionais dinâmicos, independentemente de quanto caíam o nível de preços e as taxas de juros, seja impossível devolver a função dispêndio (à posição consistente com o pleno emprego). Sob essas hipóteses, podemos continuar a ter ação involuntária dentro do sistema durante um período indefinidamente longo” (Patinkin, 1949:382-3).⁸⁵

A análise feita por Keynes no capítulo 19, bem como suas observações acerca da contribuição que a rigidez salarial dá à estabilidade econômica (1936: cap. 17 e 19), são negligenciadas, como elementos que não pertencem ao núcleo teórico do modelo (e que são pertinentes a uma análise de curto prazo eivada de elementos *ad hoc*), ou meramente ignoradas.⁸⁶

As hesitações de Keynes no tocante ao significado do conceito de equilíbrio; a pressuposição da convergência; o descaso para com uma análise mais aprofundada dos processos e, fundamentalmente, para com a explicitação dos fundamentos microeconômicos de sua macroeconomia – todos estes fatores contribuem para dar à interpretação walrasiana alguma legitimidade (e colocar em questão a pretensão pós-keynesiana de exclusividade sobre o espólio teórico de Keynes). O aparato de estática comparativa keynesiano mostra-se funcional para a análise dos resultados de uma alteração em qualquer das variáveis independentes, inclusive – e por que não? – no nível dos salários nominais (e, portanto, no nível

(85) Admitido o efeito-Pigou, a concepção "clássica" de uma economia consistente, diz Patinkin, prescinde da lei de Say. Logo, o ataque keynesiano deve concentrar-se não sobre a lei de Say, mas sobre a "instabilidade dinâmica de nosso sistema econômico" (Patinkin, 1949:378). Noutros termos, o que a economia keynesiana deve reivindicar é que "o sistema econômico pode estar numa posição de desemprego de desequilíbrio (no sentido de que salários, preços e o montante de desemprego estão mudando continuamente ao longo do tempo) durante um período de tempo longo, ou mesmo indefinido" (Patinkin, 1948:280).

(86) Hahn tem sido uma das poucas exceções no cenário ortodoxo. Numa situação em que os agentes se comunicam apenas por meio dos preços, escreve Hahn, "o resultado é lento e, de fato, incerto. Os salários nominais não cairão de forma coordenada e o processo envolverá mudanças nos preços e salários relativos e assim nas alocações. As expectativas estão presentes de forma importante mas incerta. À medida que o nível de preços cai, as pessoas endividadas em termos monetários vêem sua situação agravada ou vão à falência. A taxa de juros nominal levará tempo para ajustar-se e pode não fazê-lo monotonicamente. Uma expectativa prevalecente de queda nos preços pode, durante um certo tempo, desencorajar o investimento. Em resumo, há um processo dinâmico complexo e não compreendido a ser examinado" (Hahn, 1982:318-9). Ver também Tobin (1977) e Hahn (1975:32); nesse último texto, Hahn rejeita de forma clara a interpretação segundo a qual a teoria keynesiana se sustenta sobre salários nominais rígidos.

dos preços). A síntese neoclássica vê a si própria como a derrota teórica e a vitória política do projeto keynesiano (Leijonhufvud, 1968:7). A teoria de Keynes não é geral, uma vez que inexistente o equilíbrio com desemprego involuntário. Porém, a convergência da economia ao equilíbrio geral pode ser morosa, ou mesmo obstruída pela rigidez salarial. Nesses casos, recomenda-se o uso das políticas monetária e fiscal (Samuelson, 1964:350; Minsky, 1975:49-53 e Morgan, 1978).

Conclusão

A meu ver, Keynes (como, depois, muitos keynesianos) deixou-se aprisionar por uma “armadilha do equilíbrio” – um “*equilibrium trap*” neoclássico. A armadilha consistiu em aceitar um debate em termos de teoremas de equilíbrio geral.⁸⁷ Mas este não deve (ao menos não precisa) ser o campo em que há de prosseguir o debate keynesiano – ainda que, talvez, fosse impossível ao próprio Keynes conceber uma alternativa. O desemprego involuntário é importante porque pode ser um fenômeno duradouro no tempo de calendário, independentemente de que seja ou não um “equilíbrio”. Pode ser cíclico⁸⁸ e permanente, em alguma medida, pois não há razão para que, aprioristicamente, devamos supor que ele tenda a ser *averaged out*. Certamente é um desequilíbrio do ponto de vista dos desempregados, o que não implica que os processos de mercado tendam a restaurar o equilíbrio. Agentes em desequilíbrio podem produzir, por meio de suas ações, mais desequilíbrio, ou diferentes tipos de

(87) Como Patinkin, Hahn acredita que a demonstração da existência do equilíbrio geral é muito pouco relevante para a compreensão da dinâmica real da economia: "Ao fim das contas, obtém-se um teorema da existência. Tem ele alguma relevância para a teoria keynesiana? Até um momento relativamente recente, a resposta teria sido afirmativa. De fato, a resposta teria sido que Keynes tentou mostrar que o equilíbrio de curto prazo em pleno emprego não existia e que, a esse respeito, ele estava, sob hipóteses plausíveis, errado O considerável progresso dos últimos dez anos é devido ao reconhecimento de que o modelo walrasiano de curto prazo pode não ser correto; de fato, quase certamente não é" (Hahn, 1975:26-7).

(88) "O equilíbrio com desemprego da interpretação padrão da teoria de Keynes não é realmente um equilíbrio. É um estado transitório que se segue a uma deflação de débitos e a uma depressão profunda. Durante este estado, as reações de mercado ao desemprego, que levam à queda de preços e salários, são ineficientes para aumentar o emprego porque há débitos privados herdados que podem ser validados apenas se os lucros são sustentados, e os salários e preços mais baixos levam a lucros mais baixos" (Minsky, 1986:176); suponho que, para Minsky, o que é "transitório" é o estado particular da economia (taxa de desemprego, etc.) e não necessariamente a existência de algum desemprego involuntário. As observações mais convincentes de Keynes acerca da inexistência de uma taxa de juros suficientemente baixa para garantir o pleno emprego, significativamente, têm como pano de fundo a discussão de uma economia em movimento e não a discussão de um estado de equilíbrio com desemprego (penso em 1936: 316, 320).

desequilíbrio.⁸⁹ Cabe aos neoclássicos o ônus de demonstrar que teoremas acerca da existência de posições de equilíbrio são realmente relevantes.⁹⁰

Paradoxalmente, o emprego de procedimentos equilibristas⁹¹ pode muito bem ter sido o responsável pelo sucesso da crítica keynesiana ao *laissez-faire*.⁹² Afinal das contas, os entusiastas do liberalismo precisaram de mais de trinta anos para recuperar uma hegemonia que, aparentemente, está em questão outra vez. Há boas razões para indagarmos se, frente a um tal quadro, Keynes demonstraria grande desapontamento. Seu objetivo último não era o aplauso acadêmico, mas a defesa de um aumento das funções do governo, justificado como “o único meio viável de evitar a destruição das formas econômicas existentes ...e como a condição para o funcionamento exitoso da livre iniciativa” (1936:380).

A “tarefa final” de sua teoria foi realizada, uma vez que as variáveis que devem ser “controladas e administradas pelas autoridades centrais” foram, sem

(89) Discordo, portanto, da opinião de Vercelli (1991:225) de que "Enquanto os desvios do equilíbrio clássico puderem ser interpretados como posições de desequilíbrio, sua importância pode ser posta em questão, devido à sua natureza mais transitória em relação à posição de equilíbrio Portanto Keynes se dá conta de que, para que o fenômeno do desemprego involuntário seja encarado seriamente, deve ser considerado um fenômeno de equilíbrio. Se a teoria abandona o axioma do equilíbrio, a existência de desequilíbrio deixa de ser vista como um fenômeno necessariamente transitório. Nos termos de Lawson (1985: 922): "... o quadro que emerge não é de desequilíbrio – desvios em relação a alguma posição de equilíbrio nocional ou de 'longo prazo'. Trata-se essencialmente de uma visão de não-equilíbrio, que pressupõe períodos de estabilidade mas também mudanças agudas".

(90) Os argumentos anti-keynesianos, escreve Tobin (1977: 461), "são todos inspirados pela crença em que a economia nunca pode estar muito longe do equilíbrio. Os mercados funcionam, os excessos de oferta e de demanda são eliminados, as pessoas sempre fazem cada uma e todas as transações que moveriam todas as partes para as posições preferidas". Neste texto, procurei sugerir que a crítica parcial de uma tal concepção pode ter o efeito de uma dose insuficiente de antibiótico: a infecção voltará com força redobrada. Para usar uma outra metáfora, suspeito fortemente que toda seita equilibrista – pois se trata realmente de uma questão de fé – seja vulnerável frente ao assalto de seitas equilibristas mais radicais (como, por exemplo, a novo-clássica, que emprega o conceito de equilíbrio de forma quase tautológica).

(91) Kregel (1976) argumenta, corretamente, que há diferenças significativas entre o emprego do método do equilíbrio por Keynes (mais próximo, obviamente, da tradição de Marshall) e o método walrasiano. Meu ponto é que o equilibrismo comum a ambos facilitou a tradução de Keynes em termos walrasianos (e a tradução de Walras em termos keynesianos).

(92) Nas palavras de Kohn (1986:1192), "A adoção do método do equilíbrio foi a força e a fraqueza da Teoria geral. Por um lado, deu à mensagem de Keynes a força e a simplicidade de que necessitava para suplantar as verdades clássicas dos livros-texto e para influenciar a formulação de políticas. Por outro lado, as contradições internas da Teoria geral – pois a mensagem anti-clássica não pode ser expressa de uma forma lógica e não-trivial empregando-se o método do equilíbrio – conduziram a um pesadelo de confusão entre economistas profissionais do qual estamos apenas começando a emergir". Simpatizo com esta avaliação. Porém, discordo completamente da tese fundamental de Kohn: para ele, a Teoria geral deve ser vista como um exemplo particular da análise monetária neoclássica, cuja ressurreição recente deve ser festejada; o objetivo dessa análise, segundo Kohn, é estudar a estabilidade do equilíbrio, nos marcos da teoria do equilíbrio geral.

dúvida, identificadas.⁹³ Porém, isso não deveria ser suficiente para aqueles que (ainda) apostam na possibilidade de um paradigma econômico não-neoclássico.

Um dos objetivos desse artigo foi mostrar que, a despeito de tantas interpretações questionáveis da obra de Keynes, a trajetória da macroeconomia ortodoxa é em parte legitimada por elementos contidos na Teoria geral. A disputa exegética, portanto, não é suficiente.⁹⁴ Para fazer jus à herança de Keynes, é necessário superar suas limitações – em certa medida, táticas e datadas – em vez de tentar empreender uma defesa integral de seu trabalho.⁹⁵

Joan Robinson (1973:125) afirma que a revolução keynesiana, “no plano da teoria, reside na mudança da concepção de equilíbrio para uma concepção de história”. Penso que essa é uma descrição exata do que deve ser feito, mais do que uma descrição do que já foi obtido.⁹⁶

A teoria keynesiana é suficientemente rica, em minha opinião, para desenvolver abordagens menos equilibradas e menos estáticas, que incorporem contribuições como, por exemplo, as Schumpeter (aliás, talvez fosse igualmente conveniente absorver parte da desconfiança schumpeteriana quanto aos procedimentos agregativos). Uma análise microeconômica keynesiana, liberta do credo equilibrista, pode conduzir a teorias macroeconômicas dinâmicas que, contrariamente às apreensões de Keynes, talvez não precisem ser “assustadoramente complicadas” (XIV:180). Pode ser necessário abrir mão, em alguma medida, dos padrões de precisão a que estamos acostumados.⁹⁷ Porém, a

(93) Incidentalmente, isso pode contribuir para explicar os famosos comentários de Keynes acerca do modelo IS-LM (XIV:79): muitas das “idéias fundamentais e relativamente simples” (XIV:111) de Keynes estão incorporadas no “pequeno mecanismo” inventado por Hicks.

(94) Se estou correto em sublinhar a coexistência de aspectos revolucionários e conciliadores na obra de Keynes, a eficácia da “exegese retórica” (Littleboy, 1990:14-7) pós-keynesiana inevitavelmente encontrará obstáculos em evidências sólidas argüidas por outros intérpretes (para um exemplo disso, ver Patinkin, 1990). A “exegese arqueológica” desapaixonada é certamente importante, mas não pode ser confundida com a pesquisa teórica. A “exegese heurística”, que encara “a literatura como uma jazida a ser garimpada” (Littleboy, 1990:16), deve permitir a seleção daquilo que, em Keynes, deve ser retido ou descartado. Para voltar à proposição de Gerrard (1991:276), a “legitimidade de qualquer particular programa de pesquisa keynesiano” não deve ser julgada “com base na autenticidade da interpretação de Keynes a ele associada”.

(95) A persistirem na postura de viúvas da revolução traída, os pós-keynesianos acabarão por fazer jus e permitir que se consolide a pecha extremamente corrosiva (e injusta, tendo em vista contribuições como as de Minsky e Davidson) de “fundamentalistas”.

(96) Ainda que se admita que as críticas de Robinson ao método do equilíbrio possam soar inconvincentes a ouvidos walrasianos (Weintraub, 1985), acredito que devam ser consideradas contribuições importantes às escolas pós-keynesiana, institucionalista e evolucionista.

(97) Como forçosamente ocorre quando se adota uma definição puramente contábil de período macroeconômico. Há, porém, vários ganhos: o equilíbrio não é pressuposto; o confronto entre expectativas e resultados não está excluído *a priori*; os efeitos dinâmicos da frustração das expectativas de curto prazo podem ser articulados à análise das alterações das expectativas de longo prazo e da preferência pela liquidez. O abandono do conceito teórico de período macroeconômico gera espaço também para uma concepção menos artificial do processo capitalista de composição do portfólio. Não há necessidade de recorrer à figura duvidosa do “aplicador marginal” e de definir um “período de investimento”.

partir de certo ponto, a busca de precisão pode ser desnecessária ou, como Keynes bem o sabia, realmente perigosa. Seguindo o conselho de Keynes, os economistas heterodoxos não deveriam sentir-se “inibidos” “por uma dificuldade em tornar precisa a solução. Pode ser que uma parte do erro na análise clássica se deva a esta tentativa. A partir do momento em que se esteja lidando com a influência das expectativas e da experiência transitória, está-se, pela própria natureza das coisas, fora do reino do formalmente exato” (XIV:2).

O trajeto rumo a uma teoria econômica não-neoclássica deve poder prescindir de argumentos baseados na interpretação acerca de qual teria sido o “verdadeiro” projeto de Keynes. Deve, creio, reconhecer que, na Teoria geral, existem os fundamentos da síntese neoclássica. E que tais fundamentos devem ser abandonados, em prol de outros elementos – também presentes em Keynes – mais apropriados a uma análise dinâmica e “não-equilibrista”. O axioma do equilíbrio propicia simplificações consideráveis. Mas a macroeconomia é um instrumento cortante. Convém complicá-la. Convém não tornar excessivamente fáceis as condições para seu uso e abuso.

Antonio Carlos Macedo e Silva é professor
do Instituto de Economia da UNICAMP.

Referências bibliográficas

- ASIMAKOPOULOS, A. Keynesian economics, equilibrium, and time. *Canadian Journal of Economics*, Toronto, v.11, supl., nov.1978.
- ASIMAKOPOULOS, A. Keynes' theory of effective demand revisited. *Australian Economic Papers*, Adelaide, jun. 1982.
- _____. *Keynes's general theory and accumulation*. Cambridge, Mass.: Cambridge Univ. Press, 1991.
- BAIN, J. *Barriers to new competition*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1949.
- BARRO, R. J. Second thoughts on keynesian economics. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, Nashville, Tenn., v.60, n.2, may 1979.
- BIGG, R. J. *Cambridge and the monetary theory of production: the collapse of marshallian macroeconomics*. London: Macmillan Press, 1990.
- BROTHWELL, J. F. The *general theory* after fifty years: why are we not all keynesians now? *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.8, n.4, summer 1986.
- CANUTO, O. *Mudança técnica e concorrência: um arcabouço evolucionista*. Campinas: UNICAMP.IE, 1992. (Texto para discussão, n. 6)
- CARABELLI, A. M. *On Keynes's method*. London: Macmillan, 1988.
- CARVALHO, F. C. Observações sobre o estado atual da teoria macroeconômica. Rio de Janeiro:UFRJ.IEI, 1988. mimeo.

- _____ Keynes and the long period. *Cambridge Journal of Economics*, London, v.4, n.3, 1990.
- CASAROSA, C. The microfoundations of Keynes's aggregate supply and expected demand analysis. *Economic Journal*, Cambridge, Eng., v. 91, mar. 1981.
- CHICK, V. A comment on 'IS-LM: an explanation'. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.4, n.3, 1982.
- DAVIDSON, P. *Macroeconomics after Keynes*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.
- _____ (1972) *Money and the real world*. 2.ed. London: Macmillan, 1978.
- _____ (1982) *International money and the real world*. 2. ed. London: Macmillan, 1992.
- _____ Sensible expectations and the long-run non-neutrality of money. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.10, n.1, fall 1987.
- _____ A technical definition of uncertainty and the long-run non-neutrality of money. *Cambridge Journal of Economics*, London, v.12, n.3, sept. 1988.
- DAVIDSON, P.; SMOLENSKY, E. *Aggregate supply and demand analysis*. New York: Harper & Row, 1964.
- DOSI, G. *Technical change and industrial transformation: the theory and an application to the semiconductor endustry*. Houndmills: Macmillan Press, 1982.
- _____; EGIDI, M. Substantive and procedural a uncertainty: an exploration of economic behaviours in changing environments. *Journal of Evolutionary Economics*, Berlin, v.1, n.2, p.145-68, 1991.
- _____; ORSENIGO, L. Coordination and transformation: an overview of structures, behaviours and change in evolutionary environments. In: _____ et al., eds. *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.
- DOW, S. *Macroeconomic thought: a methodological approach*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- FITZGIBBONS, A. *Keynes's vision: a new political economy*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1988.
- GARNER, C. A. Uncertainty, human judgement and economic decisions. *Journal of Post Keynesian Economics*. Armonk, NY, v.4, n.3, Spring 1982.
- GERRARD, B. Keynes's *general theory*: interpreting the interpretations. *Economic Journal*, Cambridge, Eng., v. 101, mar. 1991.
- GREENWALD, B.; STIGLITZ, J. E. Keynesian, new keynesian and new classical economics. *Oxford Economic Papers*, Oxford, Eng., v.39, n.1, p.119-32, 1987.
- GRUCHY, A. G. J. M. Keynes' concept of economic science. *The Southern Economic Journal*, Chapel Hill, NC, v.15, n.3, jan. 1949.
- HAHN, F. H. (1974) On the notion of equilibrium in economics. In: _____ *Equilibrium and macroeconomics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.
- _____ Keynesian economics and general equilibrium theory: reflections on some current debates. In: HARCOURT, G.C., org. *The microeconomic foundations of macroeconomics*. Boulder, Colo., Westview Press, 1977.
- _____ (1982) Why I am not a monetarist. In: _____ *Equilibrium and macroeconomics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.
- _____ Introduction . In: _____ *Equilibrium and macroeconomics*. Cambridge, Mass.: MIT

- Press, 1984.
- HEINER, R.A. The origin of predictable behaviour. *American Economic Review*, Nashville, Tenn., v.73, n.3, 1983.
- HICKS, J. R. (1937) *Mr. Keynes and the classics*. (Reimpresso em HICKS, J.R. Money, interest and wages. Oxford: Basil Blackwell., 1982)
- _____ (1957) The 'classics' again. In: _____ *Critical essays in monetary theory*. Oxford: Clarendon Press, 1967.
- _____ *The crisis in keynesian economics*. New York: Basic Books, 1974.
- _____ (1975) Time in economics. In: _____ *Money, interest and wages*. Oxford: Basil Blackwell, 1982. (Collected essays on economic theory, 2)
- _____ *Causality in economics*. Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- _____ "IS-LM": an explanation. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.3, n.2, 1980-1.
- _____ *Methods of dynamic economics*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- _____ *A market theory of money*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- HODGSON, G. Post-keynesian and institutionalism: the Missing Link. In: PHEBY, J., ed. *New directions in post-keynesian economics*. London: Elgar, 1989.
- KAHN, R.F. *The making of Keynes' general theory*. Cambridge, Mass.: Cambridge Univ. Press, 1984.
- KALECKI, M. (1954) *Theory of economic dynamic*. 2.ed. London: Allen & Unwin, 1965.
- KAY, N. Post-keynesian economics and new approaches to industrial economics. In: PHEBY, J., ed. *New directions in post-keynesian economics*. London: Elgar, 1989.
- KEYNES, J. M. (1934) Poverty in plenty: is the economic system self-adjusting? In: _____ *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1973. v. XIII.
- _____ *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936.
- _____ (1937a) The theory of the rate of interest. In: _____ *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1973. v. XIV.
- _____ (1937b) The general theory of employment. In: _____ *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1973. v. XIV.
- _____ (1937c) Ex post and ex ante. In: _____ *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1973. v. XIV.
- _____ (1939) Relative movements of real wages and output. In: _____ *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1973. v. VII.
- _____ *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, v. VII, 1973; v. X, 1972; v. XIII, XIV, 1973; v. XXIX, 1979.
- KOHN, M. Monetary analysis, the equilibrium method and Keynes's general theory. *Journal of Political Economy*, Chicago, Ill., v.94, n.6, 1986.
- KREGEL, J. A. Economic methodology in the face of uncertainty. *Economic Journal*, Cambridge, Eng., v.86, 1976.

- _____ On the existence of expectations in english neoclassical economics. *Journal of Economic Literature*. Nashville, Tenn.: v.15, 1977.
- _____ Microfoundations and hicksian monetary theory. *De Economist*, v.130, n.4, 1982.
- _____ Keynes's given degree of competition: comment on McKenna and Zannoni. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.9, n.4, summer 1987.
- _____ The formation of fix and flex prices and monetary theory: an appraisal of John Hicks' a market theory of money. *Banca Nazionale del Lavoro*, Roma, n.175, dic. 1990.
- LABINI, P. S. *Oligopolio e progresso tecnico*. Torino: Giulio Einaudi, 1956.
- LAWSON, T. Uncertainty and economic analysis. *Economic Journal*, Cambridge, Eng., v.95, dic. 1985.
- LEIJONHUFVUD, A. *On keynesian economics and the economics of Keynes: a study in monetary theory*. New York: Oxford Univ. Press, 1968.
- _____ Hicks on time and money. In: COLLARD, D. A. et al., orgs. *Economic theory and hicksian themes*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1984.
- LICHA, A. L. Sobre a decisão de aplicação de capital em Keynes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 19, Curitiba, 1991. *Anais...* Brasília: ANPEC, 1991, v.4.
- LITTLEBOY, B. *On interpreting Keynes: a study in reconciliation*. London: Routledge, 1990.
- LOASBY, B. J. *The mind and method of the economist: a critical appraisal of major economists in the 20th century*. Aldershot: Elgar, 1989.
- MILGATE, M. *Capital and employment: a study of Keynes's economics*. London: Academic Press, 1982.
- MINSKY, H. P. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia Univ. Press, 1975.
- _____ *Stabilizing an unstable economy*. New York: Yale Univ. Press, .
- MODIGLIANI, F. Liquidity preference and the theory of interest and money. In: LUTZ, F. A.; MINTS, L. W., orgs *Readings in monetary theory*. Homewood: Richard D. Irwin, 1951.
- MORGAN, B. *Monetarists and keynesians: their contribution to monetary theory*. London: Macmillan Education, 1978.
- NELSON, R.; WINTER, S. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1982.
- O'DONNELL, R. M. *Keynes: philosophy, economics and politics - the philosophical foundations of Keynes's thought and their influence on his economics and politics*. London: Macmillan, 1989.
- PASINETTI, L. L. *Growth and income distribution: essays in economic theory*. Cambridge, Mass.: Cambridge Univ. Press, 1974.
- PATINKIN, D. (1948) Price flexibility and full employment. In: LUTZ, F. A.; MINTS, L. W., orgs. *Readings in monetary theory*. Homewood: Richard D. Irwin, 1951.
- _____ Involuntary unemployment and the keynesian supply function. *Economic Journal*, Cambridge, Eng., v.59, n.235, sept. 1949.
- _____ In defense of IS-LM. *Banca Nazionale del Lavoro*, Roma, n.172, mar. 1990.
- POSSAS, M. L. *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1985.

- _____. Para uma releitura teórica da Teoria geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, ago. 1986.
- _____. *Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989.
- _____. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In: AMADEO, E., ed. *Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo: Marco Zero, 1990a.
- _____. (1990b) Racionalidade e regularidades: rumo a uma integração micro-macrodinâmica. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.2, p.59-80, ago. 1993.
- _____. O conceito de concorrência em Marshall: uma perspectiva schumpeteriana. Campinas: UNICAMP.IE, 1993. (Texto para discussão, n.17)
- _____.; BALTAR, P. E. A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 107-60, abr.1981.
- PRESLEY, J. Negative reactions in Cambridge to Keynes' general theory. *Eastern Economic Journal*, v.12, n.4, oct./dec. 1986.
- ROBINSON, J. (1953) A lecture delivered at Oxford by a Cambridge economist. In: _____ *Collected economic papers*. New York: Humanities Press, 1973. v. 4.
- _____. (1962) *Economic philosophy*. Harmondsworth, Midd.: Penguin Books, 1978.
- _____. What has become of the keynesian revolution? In: KEYNES, M., ed. *Essays on John Maynard Keynes*. Cambridge, Mass.: Cambridge Univ. Press, 1975.
- _____. (1978) Keynes and Ricardo. In: _____ *What are the questions? and other essays*. Armonk:M.E. Sharpe, 1980.
- ROTHEIM, R. J. Keynes' monetary theory of value (1933). *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.3, n.4, summer 1981.
- SAMUELSON, P. (1946) The general theory. In: LEKACHMAN, R. *Keynes' general theory: reports of three decades*. New York: Macmillan, 1964.
- _____. A brief look at post keynesian developments. In: LEKACHMAN, R. *Keynes' general theory: reports of three decades*. New York: Macmillan, 1964.
- SARDONI, C. (1989) Chapter 18 of the general theory: its methodological importance. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.12, n.2, winter, 1990.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. London: Allen and Unwin, 1942.
- SILVA, A.C.M. *Macroeconomia sem equilíbrio: dois ensaios e um livro-texto*. Campinas:UNICAMP.IE, 1994. (Tese de Doutorado)
- SIMON, H. A. Rationality as process and as product of thought. *American Economic Review*, Nashville, Tenn., v.68, n.2, may 1978.
- _____. From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F. H.; HOLLIS, M., eds. *Philosophy and economic theory*. New York: Oxford Univ. Press, 1979.
- SKIDELSKY, R. *John Maynard Keynes: the economist as saviour (1920-1937)*. London: Macmillan, 1992.

- STEINDL, J. *Maturity and stagnation in american capitalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1952.
- TOBIN, J. (1941) A note on the money wage problem. In: _____ *Essays in economics: macroeconomics*. New York: North-Holland, 1971. v.1.
- _____ (1947) Money wages and employment. In: MUELLER, M. G., org. *Readings in macroeconomics*. New York: North Holland, 1971.
- _____ How dead is Keynes? *Economic Inquiry*, Los Angeles, CA, v.15, oct. 1977.
- _____ Theoretical issues in macroeconomics. In: FEIWELL, G., org. *Issues in contemporary macroeconomics*. London: Macmillan, 1985.
- _____ The future of keynesian economics. *Eastern Economic Journal*, v.12, n.4, 1986.
- TOWNSHEND, H. Liquidity-premium and the theory of value. *Economic Journal*, Cambridge, Eng., mar. 1937.
- VERCELLI, A. Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalism. In: DELEPLACE, G.; MAURISSON, P., eds. *L'heterodoxie dans la pensée économique: K. Marx - J. M. Keynes - J. A. Schumpeter*. Paris: Anthropos, 1983.
- _____ *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1991.
- WEINTRAUB, E. R. Joan Robinson's critique of equilibrium: an appraisal. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, Nashville, Tenn., v.75, n.2, may 1985.
- WILLIAMSON, O. *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.

Resumo

Este artigo trata da coexistência de aspectos revolucionários e conciliadores na Teoria geral de Keynes. Propõe-se que a conciliação não era uma necessidade de ordem lógica e que, além disso, dificultou o desenvolvimento de um paradigma não-neoclássico. Argumenta-se que, de um lado, Keynes subestimou o impacto de suas idéias (como sua teoria das decisões sob condições de incerteza) sobre questões microeconômicas; dessa forma, o escopo de sua teoria “geral” foi desnecessariamente limitado ao âmbito de uma disciplina particular, a “teoria da produção e do emprego como um todo”, vale dizer, a macroeconomia. De outro lado, a adoção do método do equilíbrio teria sido, em última instância, prejudicial. A estática comparativa foi entronizada como método legítimo para a teoria macroeconômica; em consequência, a demonstração, pela síntese neoclássica, da existência de condições sob as quais a economia se encontra em equilíbrio de pleno emprego pôde facilmente ser interpretada como representando a derrota da revolução keynesiana, liberada das limitações impostas pelo próprio Keynes, oferece o arcabouço teórico necessário a um paradigma alternativo, baseado no método da dinâmica e no conceito de tempo histórico.

Palavras-chave: Teoria macroeconômica; Keynes, J.M., 1883-1946; Economia keynesiana; Equilíbrio.

Abstract

This article is concerned with the coexistence of revolutionary and conciliatory elements in Keynes' General theory. The contention is that conciliation was not a logical necessity and, besides, that it has imposed some obstacles to the development of a non-neoclassical paradigm. It is argued that, on the one hand, Keynes played down the impact of his ideas – as, for instance, his theory of decisions under conditions of uncertainty – upon microeconomic issues; by that means, the scope of his “general” theory was unnecessarily restricted to the “theory of output and employment as a whole”, i.e., macroeconomics. On the other hand, it is argued that the adoption of the equilibrium method proved ultimately misleading, because it enthroned comparative statics as a legitimate method in macroeconomic theory. As a consequence, neoclassical synthesis' banal theorems on the existence of a full employment equilibrium were easily interpreted as the indisputed defeat of Keynes' theory. In contrast, this article suggests that, once freed from the limitation imposed by Keynes himself, Keynesian theory provides the theoretical framework for an alternative paradigm, based on dynamics and on a historical concept of time.

Key-words: Macroeconomic theory; Keynes, J.M., 1883-1946; Keynesian economics; Equilibrium.